

**XX CICLO DE DEBATES DO SERVIÇO SOCIAL
HC-UNICAMP**

13 e 14/11/2003

PERSPECTIVAS ATUAIS DO SUS

e

**o agir tecnológico do trabalhador como um ato
ético-político**

Prof. Dr. Emerson Elias Merhy¹

As perspectivas atuais do SUS nos remete ao movimento político e a busca de parte de seus atores pela construção de uma sociedade pautada por uma democracia mais substantiva. Então, o SUS está envolvido, pelo menos, por esse tipo de implicação; apesar de sabermos da existência de muitas outras. Vale também entender que esse tipo de luta, no Brasil, não é só o período da luta contra a ditadura. Ele nos remete à compreensão de que na sociedade brasileira, e em particular no campo da saúde, nós já tínhamos em períodos anteriores à fase da própria ditadura disputas na sociedade brasileira, por outros formatos para as políticas de saúde e, de uma certa maneira, isso também está implicado no SUS, ou seja, o SUS é um certo arranjo no qual há esta implicação histórica.

Assim, nosso olhar deve ser remetido aos movimentos de luta contra a ditadura e pela construção de uma nova

¹

Professor do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, a palestra foi proferida no Auditório da FCM em 13/11/2003.

democracia e de justiça social no país, em distintos períodos, e as épocas anteriores de lutas de vários setores no campo da saúde, por outras perspectivas para o conjunto das políticas públicas na saúde. Por isso, o SUS carrega de maneira substancial estes desafios, esta perspectiva permanente em qualquer momento que a gente possa acompanhá-lo. Há momentos que a gente pode dizer que ele esteve em possibilidade de avanço mais extenso ou em momentos que a gente mesmo pode reconhecer, que do ponto de vista de conquista de objetivos ele pode ter sofrido retrocessos. Mas isso não rouba, dele, o conjunto dessas implicações. A implicação de pertencer a um território, que busca novos desenhos das políticas de saúde no país e a implicação de pertencer a movimentos sociais que almejam, para sociedade brasileira, uma nova democracia e uma nova justiça social.

Nesta direção, eu destacaria que sempre que nós estamos diante do SUS a gente vive tensões muito próprias destes lugares. E uma das tensões, que pra mim é relevante e que a gente vive como uma possibilidade nesses últimos anos, de uma maneira muito diferenciada entre os diferentes atores envolvidos com o SUS, é a maneira pela qual o SUS vem se apresentando, de um lado, como política pública e, de outro, como política governamental.

Esta dobra do Sistema Único de Saúde de ser, ao mesmo tempo, uma ambiciosa política pública e só se realizar enquanto política governamental, é algo que não se

resolve em setores específicos das políticas, no plano do estado, ou seja, não é algo possível de ser resolvido, pois é uma tensão constitutiva do campo político e social, no qual o SUS emerge na sociedade brasileira. E, portanto, não se resolve no campo específico de uma política. Ou ela se resolve, de uma maneira mais ampliada no campo relacional do estado e da sociedade, ou ela praticamente não se resolve em nenhum destes lugares de sujeitos sociais e práticas. Essa é uma tensão muito presente e constante dentro do Sistema Único de Saúde, que coloca os vários atores em condições de achar, as vezes diante de certas situações, que certos acontecimentos são ou não avanços.

Vou continuar insistindo na discussão da tensão constitutiva, por achá-la nuclear. Quando a gente almeja que um certo setor social torne-se um campo das políticas públicas, nós temos uma ambição de que ele respeite certas estabilidades, do ponto de vista de princípios e diretrizes, que não sejam ou não possam ser violados por grupos específicos, de ocasião, que estão operando a direção, por exemplo, de uma certa política governamental. Os atores forjadores do SUS têm isso no seu discurso. Por exemplo, quando o Sistema Único de Saúde diz que ele é acoplado a uma diretriz constitucional, na qual a saúde é um direito, na qual a saúde responde a uma construção intersetorial, na qual o estado é responsável pelo cumprimento deste direito e na qual há a perspectiva do controle social.

Vejam que com isso estamos desenhando uma certa imagem do que significa construir e ocupar um território de políticas públicas, ou seja, um território de políticas operada no plano da sociedade, no do estado e sua maquinaria e que tem lógicas de estabilização. Qualquer que seja o formato governamental de ocasião ele não pode violar esses princípios.

Por exemplo, o princípio do controle social seria um dos desenhos marcadores desta característica da política pública que se ambiciona como SUS. De fato, quando a gente vivencia a construção efetiva do Sistema Único de Saúde, nestes anos todos, a gente percebe que nem sempre é tão claro o que significa o conjunto dessas diretrizes, que dão a cara do SUS como política pública. Na realidade, a gente pode dizer que se pudéssemos nos aproximar com uma lente de aumento das milhares de experiências governamentais, que ocorrem nos vários municípios do Brasil, outras dezenas de experiências governamentais que ocorrem no plano dos Estados, ou mesmo das experiências governamentais no plano nacional, em diferentes governos, nós diríamos que há uma fragilidade muito significativa nesta ambição de se ser um território de política pública, ou seja, ele ainda não conseguiu se assentar numa base social de atores que lhe dão sustentabilidade, para que possa atravessar períodos de distintos grupos governamentais que, apesar dos seus jogos de interesses, mantenham-se firmes em torno da preservação

da estabilidade de alguns princípios básicos como, por exemplo, a garantia efetiva do controle social.

Na prática, hoje, não podemos dizer que no Brasil o Sistema Único de Saúde expressa uma prática de controle social efetiva. Na realidade, podemos relatar experiências e é isso que nós temos vivido no SUS, temos vividos de relatos de experiências, mais bem sucedidas, menos bem sucedidas. Revelando que o Sistema Único de Saúde tem, como uma de suas constitutividades, que ele continua sendo um campo de luta, ou seja, o Sistema Único de Saúde antes de ser efetivamente uma política pública, é um campo de disputa; e quem não perceber isso perde terreno para o outro que também disputa a direção desse território. Essa é uma das marcas que gostaria de deixar de uma maneira explícita para gente pautar um debate sobre perspectivas do SUS, hoje.

Porque, se a gente for acompanhar os vários movimentos de tentativa de construção de uma outra maquinária, para a política de saúde no Brasil, olhando para o movimento dos anos 80 e, agora, nos anos 2000, a gente percebe que certas conquistas, em alguns movimentos, são tidas como conquistas de fato e, em outros, nem tanto. E mais, para quem considera que foi um avanço, se não cuidar da construção de blocos sociais para sustentá-la, no período seguinte, elas regridem.

Temos vários exemplos, de políticas setoriais, na área do Sistema Único de Saúde que mostram isso. A saúde mental é uma delas. A saúde mental na realidade vive isso de forma muito intensa e permanente, e o tempo todo ela tem que mostrar, de maneira explícita, onde ela avançou, por exemplo, na luta antimanicomial. Pois, como em grande medida se apoia em experiências de governos específicos, tem que torcer para o governo não mudar. Senão ...

Isso tem muita significação, isso mostra que na realidade o projeto de construção do Sistema Único de Saúde não obedeceu, nesta situação apontada, a uma prática de acumulação social, infelizmente porque ficou reduzida às experiências governamentais. A sustentabilidade mais ampla está em outro lugar, ela não está só num conjunto de práticas governamentais, mesmo considerando que sejam, sem dúvida, fundamentais e que contribuam na construção e expressão da multiplicidade e riqueza do Sistema Único de Saúde, fazendo, deste, um processo singular e rico no mundo atual, se considerarmos as experiências de vários outros países.

Por tudo isso, temos que estar atentos para não perdermos a perspectiva de que estamos cravado em um campo de luta, como eu disse há pouco, o que pode nos fazer perder de vista que a construção da sustentabilidade exige vários movimentos. Um dos movimentos, sem dúvida nenhuma, é um movimento que sai do território da saúde,

que deve ter que atingir o conjunto dos outros setores do estado, na medida que o Sistema Único de Saúde é algo que ambiciona a sua realização num campo de reforma do estado, ou seja, o Sistema Único de Saúde não tem como se concretizar, enquanto uma política pública, se ele não vier de mãos dadas com acumulações mais ampla, socialmente, no plano da reforma do estado, e este é um plano no qual nós não temos tido, neste últimos anos, muitas evidências positivas.

Ao contrário, saímos da ditadura com muita ambição, ambicionamos radicalmente as práticas de reforma do estado, apesar de termos conquistado várias coisas, vimos assistindo nos últimos anos fragilizações na consolidação desta perspectiva, como podemos ver hoje no que se refere as relações entre o público e o privado, no campo dessa reforma do estado brasileiro.

Na área do Sistema Único de Saúde isso tem expressões muito significativas para mostrar como que esse território é minado, como esse território ainda é muito impreciso. Por exemplo, quando a gente assiste nos últimos anos qual o conjunto de políticas, que os governos nos níveis nacional, estadual e municipal têm tido para os hospitais, a gente vai verificar isso se olhássemos dois setores hospitalares, o do hospital universitário e o dos públicos não estatais, muito significativos para a construção de um SUS mais pautado pela equidade e maior justiça social.

Iremos constatar, ao olhar com atenção para esta situação, que a política que o Sistema Único, através dos vários governos, vem construindo para esses estabelecimentos é muito desastrosa, e que pode ser traduzida da seguinte forma: quer se sustentar, privatize-se! E aí a versão da privatização tem mil caras, a privatização no hospital universitário pode ser abrir uma segunda porta, terceira porta, quarta porta, quinta porta e, normalmente, fechar a primeira porta. A idéia ou o forte desejo das Misericórdias é começar a vender planos, fazer o seu “planozinho” local, para lhe dar recursos financeiros adicionais, junto com uma relação de prestadora de uma operadora de planos maior, a fim de completar o que fatura como complementar do SUS, e assim por diante. Ou seja, a política da reforma mais ampla do estado público e do lugar do privado, no Brasil, não vem sinergicamente apontando para uma perspectiva de sustentabilidade de certos setores fundamentais para nossa aposta de construção de um Sistema Único de Saúde mais democrático e mais justo. Não podemos nos sentir tranqüilo com tudo isso.

Ao contrário, este *front* necessário de disputa opera em um território de muita fragilidade. Então, isso exige de nós o entendimento profundo de como é frágil a consolidação do Sistema Único de Saúde, enquanto uma política pública mais estável, que sofre variações conjunturais significativas e que exige dos seus militantes atenção permanente e costuras

ampliadoras. Ele é uma construção muito delicada porque ainda não atingiu um patamar de institucionalização, que lhe permitisse poder ultrapassar certos períodos com maior tranquilidade.

Além dessa temática, há que se levar em conta um outro aspecto mais específico do próprio território da saúde e que não é também um território consolidado, do ponto de vista da construção de uma política pública, que nos dê tranquilidade. Este aspecto nos remete a especificidade do território da saúde, que é a opção pela construção de certas modalidades de produção do cuidado para o usuário, individual e coletivo, à qual o Sistema Único adere.

Aqui, estou me remetendo a aquilo que é mais próprio do campo da saúde. Ou seja, quando a gente fala em campo da saúde, em tudo isso que eu disse sobre a reforma do estado, o público e o privado, dentro de algo que é singular, que tem marca substancial que o diferencia dos outros lugares, há que se ter sempre claro, o que e quem realiza o conjunto das práticas sociais demarcadoras deste campo. Afinal de contas, este campo da saúde é lugar do quê?

É lugar da construção de intervenções tecnológicas cuja alma, cujo sentido, é a produção do cuidado em saúde, que tenta responder ao que socialmente se constitui e se denomina mundo das necessidades de saúde dos indivíduos e dos coletivos. Então, isso é que dá marca e é propriedade deste campo; aí, ele se diferencia, por exemplo, do campo

educacional ou de um outro campo social, como o das práticas religiosas. Na realidade, o conjunto de práticas sociais, cuja alma é o campo da saúde, está implicada com esse tipo de questão. Elas são práticas reconhecidas e produzidas, neste momento, pela sociedade, como portadoras de capacidades tecnológicas para responder às necessidades de saúde e seu complexo mundo.

Este, também, é um lugar de intensas disputas. De disputas que fazem referência a nós, trabalhadores de saúde, no nosso dia a dia. Para nós vivenciarmos, de um modo muito próximo, o tema que eu falei da reforma do Estado, e do público e do privado, nós temos que se confrontar com uma situação imediata de conflito, nessa área, que tenha sentido no nosso cotidiano ou, o que nos sobra é abstrair, do ponto de vista do pensamento e da militância, a temática da reforma do Estado. Mas, esse outro lado, que o Sistema Único de Saúde está envolvido e está amarrado, que lhe dá substância, esse se faz presente no nosso dia a dia e a nós se refere. Pois, estar implicado com a produção do cuidado em saúde é o nosso lugar, nós trabalhadores de saúde vivemos isso. Somos considerados trabalhadores de saúde, e não de outra coisa qualquer, porque somos um conjunto de sabidos singular, que estamos neste campo da saúde por sermos sabidos de processos de ações tecnológicas que respondem ao mundo das necessidades de saúde. E, neste lugar, estamos amarrados a certas modalidades de se fazer isso, de certas

maneiras de se realizar isso. E, neste território, fazemos parte das disputas que o campo contém e que é muita intensa.

É um território que coloca em confronto o conjunto dos próprios trabalhadores de saúde e, que na realidade, nos remete a opções, que enquanto trabalhadores temos que ter, implicando na nossa defesa de certas perspectivas para a construção do Sistema Único de Saúde, e queiramos ou não, aí somos militantes cotidianos. Esse talvez seja o lugar pelo qual nós trabalhadores de saúde, na nossa militância cotidiana, com o nosso “saber ser” trabalhador de saúde, podemos nos tornar sujeitos políticos militantes de um Sistema Único de Saúde mais equitativo, mais resolutivo, mais voltado para a vida do usuário. Nós não precisamos nos descolar do cotidiano para militar, ao contrário, é aí, no nosso próprio lugar de trabalhador, que agimos politicamente. Temos que nos manter neste lugar e politizá-lo de uma certa maneira, e que não é a politização enquanto a constituição de uma certa organização política, mas é a politização enquanto a adoção de certas opções, do ponto de vista ético e tecnológico, do nosso lugar e do nosso fazer que mexe com a forma social de se construir vidas.

E neste lugar, na nossa opção ético-tecnológica do nosso lugar e do nosso fazer, nós, como sujeitos políticos, podemos avolumar a capacidade de acumular na direção de

um Sistema Único, que consiga ter mais sinergia com tudo isso que eu coloquei. Ou, não.

Eu diria que no cotidiano, o conjunto dos atores sociais mais importantes para a construção das ações de saúde, no plano do Sistema Único de Saúde, os que identifiquei como os mais expressivos, são: os governantes de ocasião, os dirigentes de ocasião, os trabalhadores de saúde, os usuários dos serviços e os empresários do setor. Diria que desse conjunto, desta rede de atores, os trabalhadores de saúde são os que mais detêm potências de “auto-poder”, conservador ou progressista - que lhes dão graus significativos de liberdade para agir no cotidiano, que não precisam pedir muita licença a outros para construir a sua ação junto do mundo das necessidades -, de intervir na construção de um Sistema Único mais justo e democrático.

Isto traz uma implicação que tem que nos inquietar. Tem que nos deixar, absolutamente, preocupados – no bom ou no mau sentido – e isso depende de cada um, não tenho receita. Mas, que tem que nos deixar preocupados, tem.

Por quê?

Porque se somos, como se fatos somos, enquanto trabalhadores, atores fundamentais é porque está em nós muitas das perspectivas de construção de um Sistema Único diferenciado, que a gente pode desejar. Isto é, muito depende da gente mesmo, ou seja, depende da nossa capacidade de ação, do ponto de vista tecnológico, como alguém que faz

uma opção ético-política, no cotidiano; alguém que faz uma opção por entender que o encontro, entre o nosso agir tecnológico e o mundo das necessidades, é um agir tecnológico e, como tal, é um ato político.

Em que sentido ele é um ato político? Ele é um ato político porque ele implica uma opção social, assumida por nós trabalhadores, se militamos a favor da vida, ou não, ou, até, se militamos a favor de uma morte menos sofrida. No campo da saúde, qualquer que seja a imagem das necessidades de saúde, ela sempre nos remete à seguinte expressão: nós estamos falando de algo que nos interessa muito, que é o modo pelo qual podemos viver a nossa vida.

Assim, traduziria que o mundo das necessidades de saúde, para cada um de nós ou para os coletivos, representa um conjunto de situações que sempre remete a possibilidade de vivermos a nossa vida, dentro do nosso modo de vive-la, ou seja, sem que isso seja um fenômeno idêntico a outro modo. Nós temos capacidade de representação, temos possibilidades de nos sentirmos alegres ou tristes, enquanto indivíduos ou coletivos, de maneiras diferenciadas, nós temos diferenças para compreender o que são obstáculos para o viver a nossa vida; e, portanto, nessas diferenças os grupos sociais e os indivíduos, também expressam de maneira diferenciada o que são as necessidades, para si. Isso constitui essa riqueza que é o conjunto das necessidades sociais. Mas, de uma certa maneira a todos nós indivíduos ou

coletivos remete a imagem de que estamos falando de viver vidas. Ora viver vidas é uma porta para ver que vida produz mais vida e, dentro disso, podemos optar para que nosso ato vivo não produza ou não contribua para produzir mais morte.

Esse pode ser um dos nossos objetos, e toma-lo como tal é um ato político. É um ato político porque nós coloca no nosso agir tecnológico opções, como: indivíduos ou coletivos, profissionais, trabalhadores de estabelecimentos de saúde; como alguém que se sabendo portador de uma arma política na mão, com o seu fazer, faz uma opção na forma de usar o seu saber tecnológico. Alguém que aponta esta arma pra que a vida produza mais vida, e não pra que a vida produza mais morte, como o modelo dominante, médico-hegemônico, muitas vezes pratica.

Essa opção não está dada, automaticamente, ela é uma opção que nós fazemos no cotidiano entre nós, que nós fazemos no cotidiano com o usuário, que nós fazemos no cotidiano com o nosso trabalho. Se não tivermos esta percepção, a gente abandona algo que é fundamental para essa decisão, que é nos compreendermos como sujeitos políticos desse ato e em ato.

No modelo, mais corriqueiro praticado, nós não nos implicamos muitas vezes com os nossos atos, que produzem mortes – e, olha, que são muitos os trabalhadores de saúde que produzem morte e que não se implicam e nem se responsabilizam com isso -, e ao fazermos isso, na realidade

estamos nos implicando e se responsabilizando, também, como sujeitos políticos, mas como sujeitos que fazem a opção ético-política por uma militância de negação de um Sistema Único de Saúde mais democrático, justo e construtor da equidade social no direito a uma vida mais qualificada.

Nesta direção, creio que essa é uma das grandes potências que nós temos na mão, que é essa nossa implicação na ação tecnológica, apontando para uma vida que ambiciona ser mais vida. Mas, também me remeto à perspectiva de podermos morrer de modo mais alegre, e aí lembro de um filósofo do século XVI, que é o Espinosa, que dizia que “a alegria é uma manifestação do viver”, e de quem faço uso um pouco enviesada, pois vou falar de uma outra coisa. Nós podemos, além de produzir mais vida, produzir modos de morrer mais alegre na nossa sociedade, ou seja, morrer não precisa ser a desgraça que é, e nós não fazemos isso, nós praticamente perdemos ligações com outros humanos muitos anteriores a nós, que construíram ritualísticas com a morte muito mais saudáveis.

Acho que isso faz parte da nossa opção também como sujeito político no cotidiano, nós temos que nos preocupar com isto, e nesta direção para ir mais ou menos fechando a minha intervenção, eu gostaria de colocar o quanto isso traz para nós responsabilidades. Por quê?

Porque na realidade, nós no cotidiano não temos essa compreensão de maneira coletiva, nem de uma forma muita

intensa. Normalmente nós nos posicionamos como vítimas do cotidiano e não como sujeitos do cotidiano, ou seja, nós nos posicionamos como vítimas dos outros atores políticos, dos outros sujeitos políticos e não nos vemos como vítimas de nós mesmos. E, na realidade, eu gostaria de inverter esse olhar, gostaria de dizer que na realidade nós nos vemos como vítima dos outros, porque somos vítimas de nós mesmos, porque não nós reconhecemos como sujeitos políticos, que fazem opções ético-tecnológicas, no seu trabalhar cotidiano, em todos os lugares onde estamos atuando, inclusive enquanto trabalhador.

Acho que esta é uma questão nuclear do Sistema Único de Saúde, hoje. Por quê? Porque se eu puder fazer um desenho de onde o Sistema Único de Saúde mais acumulou, nestes anos todos da Constituição para cá, ou até pré-constituição, pois já era uma aposta perseguida por muitos antes da própria Constituição; se puder ver este desenho, vou verificar que o Sistema Único de Saúde até que avançou razoavelmente na sua lógica institucional jurídico-político, ou seja, na questão da municipalização, na conquista, até consolidada, do ponto de vista de lei. Do ponto de vista de lei o controle social está escrito, do ponto de vista da lei há a representação do conjunto de atores sociais nos espaços políticos de decisão, a existência das conferências estão escritas e têm que ser cumpridas, do ponto de vista de arranjos até financeiro do setor há uma certa consolidação

(apesar da persistência forte do modo inampisado de financiar ações de saúde). De todos setores da maquinaria social, os setores da saúde e educação são os que têm mais se consolidado. É só ver a recente agressão que a saúde sofreu de retirada de perto de cinco bilhões, do seu orçamento, e o recuo do governo. Isso mostra que, do ponto de vista da lógica de institucionalização, o Sistema Único de Saúde tem avanços na construção da sua maquinária, no reconhecimento do lugar do gestor, nos encontros dos gestores, na construção das mesas de negociação.

Mas se nós fôssemos ver, apesar disso tudo, onde ele menos avançou, veremos que é nesse território da implicação do trabalhador de saúde, e que faz referência ao tema da sustentabilidade que tratei no começo da minha fala. Esse é um dos lugares mais frágeis do Sistema Único de Saúde, por dentro. É o lugar no qual o conjunto dos trabalhadores ainda não se posicionaram como sujeitos políticos ampliados, pois como regra eles tem se posicionado como sujeitos políticos corporativos.

Isso é um grande problema do Sistema Único de Saúde, o fato da gente ter milhares e milhares de forças sociais envolvidas na construção desse cotidiano, e nós trabalhadores de saúde ainda não termos nos constituído e nos reconhecido como sujeitos políticos de construção e consolidação do SUS enquanto uma política pública. Este é um dos grandes calcanhares de Aquiles daquela dobra da

política pública e da política governamental, que eu tinha apresentado para vocês.

De um lado, temos uma fragilidade do que diríamos ser o lugar da macro-política, que é o campo da reforma do Estado, e de outro lado, temos uma grande fragilidade que é a nossa ação do cotidiano, que é o lugar da micropolítica, lugar no qual enquanto sujeitos construtores de novas formas de produção da saúde, no Brasil, somos um dos principais protagonistas. E, isso faz referência a todos nós como trabalhadores sujeitos políticos, e não a nós enquanto corporações profissionais.

Temos assistido retrocessos nesse caminho. É só mirarmos na grande discussão sobre o ato médico, que a minha categoria profissional, hegemônica pelo seu lado mais conservador, trava como bandeira de luta hoje no Brasil; que é uma bandeira de luta que se vitoriosa será destruidora do Sistema Único de Saúde. Tenho podido colocar isso em nível nacional, já escrevi sobre isso, e não perco a oportunidade de falar de que a vitória da lei do ato médico, defendida pelas entidades médicas, é anti-SUS. E, por isso, ela tem que ser um problema para os outros trabalhadores. Acho, inclusive, que os outros trabalhadores têm reagido ao ato médico de uma maneira atrasada, tão atrasada quanto a própria proposta de parte dos médicos, que é a de se posicionar também como corporação, que se auto afirma, e neste caminho, a idéia nuclear de sermos

sujeitos políticos da produção da vida e de um morrer mais alegre fica secundarizada, quando, realmente, do meu ponto de vista, ela é a grande alma do nosso negócio: produzir saúde.

Obrigado!

ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA CAMINHOS E TENDÊNCIAS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Prof.^a Dr.^a Maria Carmelita Yazbek²

A assistência social no âmbito da seguridade é o primo pobre, como o SUS como dizia o professor Emerson dizia ela expressa sua colocação, sua inserção na constituição, expressa de um certo lado uma mobilização de alguns setores da sociedade, de algumas categorias profissionais, sobretudo dos assistentes sociais, de alguns núcleos [de estudos] no Brasil como o da UNB e da própria PUC São Paulo, tiveram uma certa interferência na inserção da assistência na constituição, mas também ela vai expressar esse contexto que o professor Wilson está apresentando, um contexto de transformações na relações de trabalho, no mundo capitalista vamos dizer assim e que vai exigir política assistenciais. Isso aconteceu no mundo todo na Europa, a assistência social também ganha uma certa visibilidade como política.

Mas eu prefiro aqui enfatizar o significado da inserção da assistente social na constituição do ponto de vista das lutas sociais, de uma movimentação da sociedade que vai permitir criar para a assistência social brasileira até então muito mais um conjunto de práticas de benemerência uma nova matriz, uma nova condição, uma nova visibilidade. Eu

2

entendo que a Constituição e depois a Lei Orgânica da Assistência criam para a assistência social uma nova matriz – eu tenho chamado assim – elas permitem a passagem da assistência social para um campo novo, o campo do direito, o campo da universalização dos acessos, da responsabilidade do Estado perante as questões da pobreza e da exclusão, o campo da política pública. É um trânsito difícil: o trânsito das práticas de benemerência, filantrópicas, assistencialistas, para o campo das políticas públicas, a inserção da assistente social na seguridade traz pra essa política uma nova visibilidade, uma nova inserção, trazendo-a para o campo da política de proteção social que articuladas a outras políticas no campo social, estão voltadas a garantia de direitos e de condições dignas de vida para a população brasileira. Nesse sentido também, com essa inserção na seguridade eu entendo que a assistência social expressa também um reconhecimento público da legitimidade da demanda, das necessidades dessa população que sobrevive e que utiliza a assistência social. Mais do que isso, é um certo espaço para que ela amplie o seu protagonismo e a sua presença uma vez que constitucionalmente se coloca a necessidade da participação dos usuários na gestão do sistema descentralizado e participativo de assistência.

Realmente, isso é uma novidade neste campo, trazer esse conjunto de práticas que eram mais práticas, para um outro patamar, patamar da política que se expressa num

certo caráter civilizatório que está presente na consagração de todos os direitos sociais, que vai exigir que as provisões assistenciais sejam colocadas no plano das garantias de cidadania, dos direitos sociais sobre a vigilância do Estado, que a rede filantrópica continua existindo como nós abemos.

Esta lei nova e a Constituição também nova ao afirmar para assistência social um caráter não contributivo, ela é uma política pública não contributiva e também afirma a necessária integração das políticas sociais na resposta às necessidades dessa população. Ela inova com a participação da população no controle social, na gestão e na execução dessa política, ela desmonta um antigo Conselho Nacional de Serviço Social, um órgão clientelista e cartorial que era objeto no momento da promulgação da lei, de processo de corrupção, os “escândalos dos anões” e isso saía o tempo todo nos jornais, entidades fantasmas, entidades “Pilantrópicas” que ainda fazem parte da luta de desmontar esse processo.

Ela cria Conselhos Municipais, Estaduais, o Conselho Nacional, órgãos paritários com representação do governo e da sociedade, com a presença dos trabalhadores do setor da assistência social e dos seus usuários. Sem dúvida, para os que trabalham há muitos anos como eu na assistência social uma mudança absolutamente relevante, uma mudança substantiva na concepção da assistência social, uma definição legal que permite o trânsito da assistente social do

assistencialismo, do clientelismo de sua tradição de não-política para o campo da política pública o que não é pouco.

E, como uma política pública ela passa a ser um espaço de defesa e atenção dos interesses e necessidades sobretudo dos segmentos mais empobrecidos da sociedade, aquela população que vive em extremas condições de pobreza e exclusão. Essa política vai ser uma forma de proteção social, de combate ao subalternidade, de combate a discriminação que não é só econômica, ela é econômica, sobretudo, mas ela é cultural, ela é política, é uma política que vai oferecer algumas garantias à população, algumas seguranças utilizando uma expressão da Aldaíza Sposati que amanhã estará aqui com vocês, ela oferece algumas seguranças que cobrem ou que deveriam cobrir, reduzir ou prevenir algumas situações de risco e de vulnerabilidade social em que vive essa população.

Ela atende as necessidades emergentes ou permanentes constantes decorrentes de problemas pessoais ou de problemas sociais estruturais dessa parcela da população.

Nesse sentido a assistente social é uma política que vai dar a medida do compromisso social do Estado exatamente porque ela é a fundo perdido, não há obrigação da contribuição por parte dessa população, mas há o direito assegurado. Então essa compreensão da assistência social como um campo de efetivação de direito, como uma política

estratégica não contributiva voltada para a construção dos chamados “mínimos sociais” e inclusão conforme consta na lei e mínimos entendido aqui não como mínimos que nivelem por baixo, mas como patamar, de qualidade de vida e dignidade vida abaixo do qual nenhum cidadão brasileiro deveria estar colocado. Então ela aponta a universalização do acesso aos direitos que ela garante, ela busca romper com o clientelismo, com o assistencialismo que historicamente caracteriza não apenas a política de assistência social nesse país, mas as políticas, a política brasileira é uma política que tem essa herança cultural pesada do clientelismo, da tutela, do apadrinhamento, do favor e claro que nas ações assistências esse peso é maior ainda porque passa pela oferta de algum recurso, de algum serviço, de algum benefício.

Nesse sentido ela rompe com aquela idéia emergencial de dizer que assistência é um projeto socorro social, é um plantão nas situações emergenciais para distribuir cestas, auxílios financeiros e se pensa a assistência como uma política de maior consistência, com programas, serviços, projetos que deve ser pensada sempre na relação com outras políticas sociais, e que apresenta um novo desenho institucional caracterizado pelo comando único que aliás não vem sendo cumprido nesse país em cada esfera governamental e funcionando como uma estratégia de inclusão e de atenção a seus usuários.

Claro que essa política é impensável sem os fundos: o fundo nacional de assistência, os fundos estaduais de assistência, os fundos municipais de assistência. E também ela é impensável sem o orçamento público. O sistema de descentralização funciona, tem funcionado de forma geral como uma forma de reordenar essas políticas de abrir um espaço para participação de seus trabalhadores, de seus usuários reconhecendo aí as particularidades de cada local onde ela se desenvolve e de que é no cotidiano do município, no cotidiano do nível local e que o cidadão consegue avaliar a qualidade do serviço assistencial: se o abrigo dos idosos funciona com dignidade, se o lar, se a creche e se as atenções a adolescentes em riscos, se a maternidade está funcionando de fato com qualidade.

Então, a proposta legal do processo descentralizador traz consigo, semelhante ao que o professor Emerson estava dizendo, a qualificação democrática. A importância dessa dimensão no controle social, da presença da população acompanhando o serviço, avaliando o serviços, fortalecendo a experiência participativa e a cidadania no nível local permitindo uma ação fiscalizatória mais próxima, mais perto da vida do cidadão.

Com esta recomposição legal também as tradicionais entidades prestadoras de assistência social que a gente sabe que isso não é uma unidade neste país, já em 1530 a gente tem a primeira Santa Casa que se coloca como entidade na

busca da filantropia. Esta rede passa a ser submetida a um outro tipo de controle, porque no momento em que ela é considerada parte do sistema descentralizado e participativo de assistência social ela está sujeita a fiscalização dos conselhos de assistência ao controle público, ela tem que ser [co]validada como uma política pública, pelo nível dos Conselhos e pelo nível do próprio Governo Federal porque essas relações são mediadas pelo acesso ao fundo público e no momento em que uma entidade privada acessa o fundo público ela presta serviços programaticamente em nome da política maior onde ela está inserida e ela passa a compor o sistema na medida em que ela se compromete com as diretrizes e aquilo que está previsto na legislação que regulamenta a assistência social no país.

Essa era a proposta que eu sempre gosto de colocar para fazer um balanço do quanto conseguimos avançar nesses 10 anos, – 10 anos após a LOAS – fazendo 10 anos e acho que esse é um momento importante em que nós podemos fazer um balanço para essa política e projeta-la para o futuro. Percebendo alguns pontos, eu tenho aqui anotados alguns pontos e algumas das grandes dificuldades, a coisa não está muito fácil sobretudo no âmbito federal, é lamentavelmente a gente dizer, porque como professora eu também sou militante do Partido dos Trabalhadores e se tem uma área que esta absolutamente complicada no atual governo é a área da assistência social que passa a ministério,

mas não faz jus a Ministério. Ela passa de Secretaria para Ministério e eu temo inclusive pela manutenção desse Ministério. Acho que se a ministra cair ela leva o Ministério junto tal a dificuldade em levar um projeto conforme foi construído nesse 10 anos.

Nós passamos 10 anos construindo um projeto para área que a gente vê agora ser substituído por uma visão conservadora sobre a assistência social, sobre as famílias culpando as pela sua pobreza, quer dizer tudo aquilo que superou ao longo de 10 anos ou tenta superar, parece que retorna numa posição bastante complicada. Esse ano nós temos Conferência e eu acho que a conferência vai ser crucial do ponto de vista da nossa sociedade, Sociedade civil organizada que vai ter que colocar claramente as suas posições.

Mas nos dez anos de balanço tem alguns rápidos pontos, depois a gente pode conversar um pouco melhor, a primeira constatação é que nesse dez anos, e que foram dez anos de questionamento do clientelismo, do padrão de gestão conservadora dessa política é, da identificação histórica com a filantropia, ainda me parece que essa é uma questão forte na assistência social, a tendência a ver a assistência social como ação filantrópica, assistencialista e tuteladora ainda é um objeto de nosso questionamento, das nossas reivindicações nas conferências municipais, nas conferências estaduais. O que a gente percebeu que o protagonismo da

população foi muito pouco colocado nesse processo. A luta continua na verdade a gente percebe, me parece que se é para pensar tendências a grande tendência ainda é lutar para que o reconhecimento do direito seja a medida da negociação e da liberação no campo dessa política. Não tem outra medida, ainda nossa luta é para que o direito seja a medida, não dá para negociar direto, esta luta então continua.

Uma outra constatação nesses dez anos e que foi observada nas três Conferências de Assistência Social é a perspectiva focalista dessa política que acompanhou dez anos do governo Fernando Henrique e que não rompeu, ainda é uma política focalizada, seletiva, para o pobre do pobre, do pobre. Os critérios de seleção e avaliação ainda permanecem muito focalizados nos mais pobres, no mais vulneráveis, o que vem restringindo projetos mais renovadores, renovados dessa política.

Há experiências em municípios no país muito interessantes, mas no nível de direção nacional a coisa está muito complicada ainda, nós não temos ações integradas, ações intersetoriais, não definições de padrões de qualidade, não temos indicadores de avaliação, porque nós lidamos com dados, porque nós não temos dados objetivos para avaliar o que é um bom centro de lazer para juventude, o que é um abrigo para crianças e adolescentes em risco, o que é um abrigo para idosos? Ou um abrigo para população moradora de rua? Nós temos dez mil moradores de rua em São Paulo,

São Paulo é um microcosmo do país, aqui também deve ter, pois em todos os municípios tem morador de rua.

Então, a gente observa que ainda não se chegou a padrões claros, a definição do que é a ação intersetorial, a intersetorialidade é frágil, limitada. E a proteção social ainda é vista como benevolência de Estado ou da sociedade. Um outro ponto que eu acho que cabe ser discutido e que ainda se coloca como uma agenda é a questão da construção e mecanismos públicos e democráticos de regulação e de controle social. Tal e qual foi colocado hoje aqui na saúde é muito interessante como a gente pode fazer um paralelo se o SUS tem que ser construído a cada dia, este sistema tem que ser mais ainda, do que o SUS que já está na décima segunda Conferência e tem uma tradição de militância forte, nós estamos indo para a quarta, mais ainda nós temos ainda que construir mecanismos públicos de regulação e de controle para esta área. Como é que nós vamos fiscalizar e acompanhar, como é que nós vamos parâmetros, sobretudo lembrando que o parâmetro é o direito e não tem outra medida de negociação dos interesses dessa população que é uma população sem voz, que não existe. Outra coisa que a gente percebe ligada a esta é a ausência de conhecimento dessa população, nós não sabemos como vivem esse brasileiros entre o que são 44 ou 55, no Ministério estão dizendo 55, quem são eles? Em que território eles habitam, como eles vivem? A gente às vezes pergunta como é que

alguém pode para receber o Benefício de Prestação Continuada que foi lembrado aqui o idoso ou o portador de deficiência um quarto do salário mínimo per capita familiar. Quer dizer o que é isso em matéria de recurso para sobreviver? E que arranjos eles constróem, então há ainda um frágil conhecimento e um conhecimento cheio de preconceito dessa população, discriminatório, não só pelo seus hábitos de vida, pela sua crença, pelos seus valores quer dizer é uma população que vive um conjunto muito grande de discriminações.

Um outro ponto que cabe avaliar e pensar nesse momento de construir uma agenda são os impactos dessa política sobre a possível inclusão/exclusão dessa população. Até que ponto a assistência social vem funcionando como um mecanismo de inclusão social, sabemos que os limites entre inclusão e exclusão são difusos, contraditórios, subordinados a interesses econômicos, sabemos que a assistência pode ser um mecanismos de inclusão, mas ela pode ser um mecanismos de reiteração total da exclusão social. Ela pode criar o lugar dos pobres: são aqueles que tem o programa lá de renda mínima, aqueles que recebem a cesta. É como se você cindisse a sociedade brasileira o que é cidadão, o que participa das políticas, etc. e o que está lá sobranete, então essa contradição na assistência social ela permanece, é uma política ambígua porque tanto você pode oferecer ajuda para obter a subserviência, a lealdade. E isso na mão de

determinados políticos na história brasileira não foi superado por causa da LOAS, a gente sabe disso, é a troca, a assistência é moeda de favor. Quando uma prefeitura tem que negociar, eu não gosto nem de falar isso que eu penso no Governo Federal, tem que negociar alguma coisa para o PMDB dá a Assistência porque qualquer um pode fazer. Em São Paulo foi assim na Gestão da Marta Suplicy tinha que dar para alguém, deu para o Dr. Eduardo Faria, um homem de muita boa vontade, mas que não sabia nem o que era Assistência Social no primeiro mandato. Então esse traço era forte nessa política como se fazer algo pelos pobres fosse qualquer coisa que qualquer um pudesse fazer, reiterando ainda um caráter atrasado, subserviente exigindo subserviência dessa população, que é uma coisa muito delicada ainda nessa política, quer dizer pode ter uma assistência emancipatória que crie o protagonismo.

Eu tive no Rio Grande do Sul abrindo a Conferência Estadual e vi uma coisa muito bonita. Porque o Governo do Rigoto cortou o renda cidadã que era um programa que dava trezentos reais à famílias e que conseguia acompanhar família com equipe técnicas, tentando a sua reinserção ou inserção social. Cortou esse programa e colocou o Programa novo da Família do Governo Federal com 95,00 reais de R\$ 300,00, o povo invadiu a Conferência, – foi muito bom, eu gostei muito claro – eles não admitiam o desrespeito do corte. Claro que eu não estou dizendo que a coisa se resolve dessa

forma. Mas para mostrar que a assistência pode tanto matar a cidadania, como ela pode ser um espaço para o protagonismo e uma organização dessa população, que é realmente uma população destituída de poder, destituída de trabalho, destituída de informação, destituída de direito, de oportunidades, de esperança, realmente vive sob condições muitas restritas, muito miserável e submersa numa sociedade que desqualifica essa população, que a desqualifica, que tem mil clichês para designá-las: aquelas “cidadãos às avessa”, os “inadaptados”, os “casos sociais” que já são uma maioria, maioria não, mas uma parcela muito grande. E nós sabemos também que nesse contexto que foi rapidamente assinalado pelo professor Emerson e pelo professor Wilson Cano, que a gente convive com esses impactos destrutivos das transformações da sociedades que estão sendo empurrados, pelos interesses da mundialização do capital. Esse processo vai deixando marca sob os trabalhadores. Nós que ainda temos alguma coisinha que pagamos a contribuição, imagina o que deixa pra essa população que não consegue se inserir no trabalho, que vive desempregado ou que tem um trabalho intermitente, precário sem nenhuma garantia, que vive sem teto, que vive sem terra, que envelhece sem qualidade, que mora em habitações insalubres.

Hoje está na Folha de São Paulo o censo das favelas em São Paulo é uma coisa assustadora somos os campeões. Que tem a saúde fragilizada, que parte pelos caminhos de

drogas, que convive com a AIDS, a prostituição, com o trabalho infantil, tudo isso é campo da assistência social. Com alimentação insuficiente, com a fome, com o cansaço, com as humilhações, com o fanatismo. Nós lidamos com as explicações mágicas sobre a realidade, é uma população sujeitada que convive cotidianamente com a violência e tantas e tantas outras situações que eu acho que vocês **encontram cotidianamente** na experiência profissional. Mas que anunciam situações sociais limites na sociedade, o limite da condição de humanidade e são essas situações que deveriam ser alvo de políticas qualificadas de proteção, políticas emancipatórias que em algumas situações é só proteção, o idoso, o portador de deficiência que já não tem nem mais como, é proteção sim é direito a proteção.

Nós sabemos então que esse é um desafio, nos municípios no nível federal, sabemos também que a Assistência Social pode por essa forma de estruturação semelhante a do SUS criar possibilidades de participação para esta população, criar possibilidade de protagonismo, nos fóruns de assistência, nos encontros de assistência, todo o desenho institucional. Ele permite uma política clara a nível municipal do controle que os municípios tem por direito e obrigação fazer sobre a redes de entidades, fortalecendo a perspectiva pública, fortalecendo a ação em rede, que é outro desafio pro próximos anos.

A ação em rede não existe praticamente na maior parte desses municípios, uma ação consertada, as entidades brigam pelo pobre é até engraçado “esse é o meu pobre” o “outro é o seu pobre” quer dizer é uma loucura isso! Não há uma ação concentrada, até aqui vai essa, daqui vai a, aqui não há isso né, não há cadastro unificado, há uma visão equivocada dos cadastros inclusive a discussão toda no nível federal. Não há equipamentos de retaguarda , não há instituições de retaguarda para por em proteção por exemplo as crianças vítimas de violências, as mulheres, os idosos que também são vítimas de violência. Não há referência sobre a rede pública, quer dizer o que é um bom abrigo dando impressão de que a assistência social ela fica apenas nas mãos das entidades privadas e o Estado está omissa.

Nesses tempos em que cresce o chamado “terceiro setor” esses dados aumentam nossas preocupações porque a fiscalização das ações sociais do chamado terceiro setor sobretudo quando ela é desenvolvida com esse segmento ela tem sido difícil, os conselhos não estão conseguindo acompanhar. Em resumo, dez anos depois a gente ainda vive muito sobreposição de ação, muita pulverização, muita descontinuidade.

A colocação do professor Emerson que a gente tem que criar sistemas capazes de atravessar governo e institucionalmente capazes de garantir algumas coisas independentemente dos governos como já foi assinalado. De

todo modo eu diria que as avaliações, eu tenho muito material em mãos, eu tenho material das três primeiras conferências e de algumas conferências municipais. Mostra como têm sido difícil essa tarefa, que as ambigüidades ainda marcam esta área, as contradições e sobretudo uma grande dificuldade de trazer para a esfera pública a questão da pobreza e da exclusão.

Eu tenho muitas críticas ao Programa Fome Zero, mas eu acho que uma qualidade ele tem, quando ele foi lançado desde a campanha ele trouxe para discussão pública que neste país tem fome, porque as pessoas faziam de conta que o problema do país era só de outra ordem, claro que o problema é sobretudo econômico. A inserção na ordem capitalista internacional, mas ele trouxe para a esfera pública a pobreza, a fome, mas ponto final, não foi muito além disso na publicização então essa tarefa me parece que é o grande desafio e eu já vou encaminhando para aqui para depois abrir para o debate.

O grande desafio que se coloca para assistência social é trazer para a esfera pública a pobreza, a exclusão transformando constitucionalmente essa política em campo de exercício participativo sobretudo dos segmentos subalternizados e excluídos. Claro que nós estamos entrando na contra mão da história e ela está meio na contra mão da história porque nós entramos numa dinâmica, em que há prevalência dos destaques estruturais na esfera econômica

sobre o social é muito forte. A gente rema meio na contra mão defendendo o social, porque há uma absoluta subordinação do social ao econômico, aos ajustes estruturais da economia. Assim, se sobrar a gente cuida do social porque primeiro é o ajuste. Acho que os dados apresentados aqui na área da própria previdência mostram que a primeira subordinação, o primeiro ajuste é esse processo, vem colocando esse processo de ajuste vem desmontando direitos trabalhistas, direitos sociais de modo geral e então, num certo sentido iniciativas nessa vertente, nessa tendência maior de desmanche, na iniciativa de contra desmanche não tem sido fácil e isso é um desafio por várias razões.

A primeira delas eu já mencionei aqui é o fato da histórica vinculação da assistência com a filantropia, isso dificulta cria um confronto entre práticas, acertada no reconhecimento do direitos e práticas de favor.

E a segunda dificuldade é a expansão do terceiro setor que despolitiza o trabalho social e valoriza o trabalho voluntário. A desigualdade é despolizada ela não é tratada com uma questão de uma sociedade cindida e dívida em classe a desigualdade passa a ser um dado administrativo pela filantropia e a gente observa que aquela articulação histórica entre o trabalho, a proteção social e os direitos que constitui o chamado Estado de Bem Estar e que a gente sabe que nem chegou até aqui, ela está em transformação, ela está encolhendo o mundo público, está encolhendo acho que

também foi dito aqui. Encolhe-se o mundo público, o cidadão é o bem sucedido no mundo privado mercantil. Esse quadro coloca em questão o reconhecimento da pobreza e da exclusão como manifestações da questão social brasileira como expressão de uma organização estrutural dessa sociedade, ou seja, a incompatibilidade entre ajustes estruturais da economia e investimentos sociais do Estado é um desafio para assistência social.

Essa incompatibilidade ela ainda é mais complicada nos tempos de hoje porque ela é referenciada, ela é apoiada no discurso neoliberal que defende o dever moral de prestar socorro aos pobres. Os neoliberais não são contra socorrer aos pobres, prestar socorro aos pobre, pobres dever humanitário tudo bem, desde que isso não seja considerado direito social, então e isso dificulta passar para a esfera pública essa proposta. O que a gente está constatando é que os programas sociais do atual Ministério – Ministério da Assistência Social – e, inclusive o próprio Fome Zero, mantem-se essa fragmentação total. A tentativa de unificar os cartões talvez seja um primeiro passo, mas ela é uma tentativa técnica fora de uma política, onde está a política nacional? Então ela é uma tentativa espero que ela se caminhe melhor, mas a gente não observa propostas que rompam com a ótica seletiva, emergencial com as ações focalizadas, paliativas, assistencialistas em andamento na sociedade inteira. A gente não viu inovações e há municípios

que tem essas inovações. As novidades parecem estar apenas no âmbito de alguns municípios.

Me parece que o maior desafio, e esse é para terminar mesmo, é colocar na esfera pública, o direito que todo cidadão brasileiro tem de ver atendidas as suas necessidades sociais. Quando eu falo público, eu estou falando da perspectiva da universalidade, dos interesses coletivos, estou falando de uma visibilidade e de uma transparência pública, qualquer cidadão devia poder acessar no mínimo pela internet os dados das políticas públicas desse país. Elas teriam que ser transparentes, elas envolvem o controle social, elas envolvem a participação da sociedade e a democratização, e é neste âmbito que a gente observa em andamento em alguns municípios algumas iniciativas que estão buscando deter esse processo de privatização do público que também foi apontado aqui, como uma das tensões do SUS, é a relação do público e do privados. Em alguns municípios a gente vê essa busca pela recuperação do protagonismo do Estado nesta área, na sua responsabilidade. Quando eu falo do Estado eu falo do nível federal, do nível estadual e do nível municipal. É o Estado o regulador o financiador, o provedor e o gestor principal dos serviços sócio-assistenciais. Claro que ele não faz sozinho e como isso também não ocorre na saúde, estou lembrando aqui o caráter público no sentido do compromisso com os interesses da sociedade. E nesse sentido uma das coisas que

vai surgir nesta Conferência é a proposta da construção de um Sistema Único de Assistência Social nos moldes do, o SUAS que tem no SUS a idéia da estruturação. Que respeite a diversidade desse país, mas que crie alternativas nessa dimensão mais pública, que mesmo quando é a rede privada, ela está atendendo questões de ordem pública, de ordem da estruturação da sociedade. Tudo isso gente sem nenhuma ilusão porque obviamente diante da desigualdade, diante da pobreza, da subalternidade que vive a população brasileira, as políticas sociais em particular essa que nós estamos colocando aqui ela tem limites, tem constrangimentos claríssimos de ordem estrutural que vão gerar a sua baixa efetividade e seu baixo resultado sem ultrapassar esses limites. Será que da políticas sócio assistenciais e apenas delas resultem melhorias no bem estar social desta população é ilusório e ineficaz. Porque nós estamos observando e que há uma imensa fratura entre o que é anunciado na Constituição, nos nossos projetos, nas nossas Conferências e a realização concreta do direito. Uma coisa é o anuncio do direito, outra coisa é a realização concreta e sobretudo porque o caráter, cumulativo que está presente nos riscos e vulnerabilidades que marcam a vida dessa população é um caráter que não será facilmente rompido, ou seja, nós temos ilusões, não é pela via das políticas sociais, que a sociedade vai se alterar, mas obviamente sabemos que essa políticas sobretudo nesta estruturação atual elas

expandem direitos. A hora que um idoso recebe seu benefício de Prestação Continuada, que vai pesar na Previdência, mas ele cumpriu o direito. Conversando com essa população engraçado que eles dizem “a minha aposentadoria”, ele nunca pagou, mas ele dizem “a minha aposentadoria” eles não chamam de benefício eles dizem “a minha aposentadoria”. Claro que essas políticas realizam direitos, ela permite acesso a recursos, tem uma parcela dessa população brasileira, acho que não sobreviveria sem serviços públicos, tem a escola pública, tem hospital público, tem o apoio na instituição do seu bairro, tem uma parcela da população que vive assim, é claro que criam também possibilidades de interlocução, entre Estado, e sobretudo nos conselhos e na gestão são arenas de negociação entre Estados e a sociedade. E a sociedade aí entendida como usuários desses serviços, as entidades que prestam esse serviço e os trabalhadores do setor.

Eu acho que é um processo que nós vamos ter que construir tal e qual foi colocado pelo professor Emerson, cada dia e o peso do trabalhadores é muito grande, eu concordo com ele aproveitei muito do que ele disse, porque é uma luta de cada dia do cotidiano, mesmo, pra realizar direitos dessa população. Obrigada.

MESA REDONDA**Data: 14/11/2003****CIDADES E METROPOLIZAÇÃO³**

(...) mas daqui um pouquinho eu começo a passar as transparências, eu quero só bater um papinho com vocês, bom em primeiro lugar eu gostaria de agradecer e parabenizar a Virgínia e a Sandra e toda essa equipe por mais essa realização e toda a comissão organizadora e há agradecer o convite, a oportunidade de estar aqui mais uma vez falando com vocês, eu vou falar um pouquinho do que é a regia foi assim que me pediram falar o que é a região metropolitana porque existe essa historia de metropolização, todo mundo fala, fala, mas tem um sentido concreto na nossas vidas, eu quero que vocês escutem isso, percebam isso e leve isso e adiante na vida de vocês, porque a vida nossa ta mudando, já mudou e muita vezes nós levamos tempo pra saber porque de certo (...) porque (...). eu vou da um exemplo quantas pessoas moram hoje em Sumaré, Hortolândia, ou em Monte Mor, aqui Jaguariúna ou aqui em Valinhos, por exemplo ao lado,ou então aqui em Paulínia e que trabalham aqui em Campinas, diversas pessoa, milhares de pessoas, nós temos esses dados tal que bom o que tem haver isso com a nossa historia raramente num passado recente pessoas trabalhavam numa cidade e moravam em

³ Profº Dr. Jurandir Fernandes – Secretario de Transporte do Estado de São Paulo

outra, hoje isso tão comum que gera conflitos do seguinte tipo, conflito de cidadania, imagina você que passa o dia inteiro, alguém que passa o dia inteiro trabalhando em Campinas e vai para Sumaré ou pra uma dessas cidades onde mora, vai dormir lá, só tem uma vida praticamente domiciliar, em época de eleições e de debate, você ta lá, e ta vendo os debates aqui você passa o dia inteiro aqui, e na hora de votar, você tem que votar numa pessoa que você não sabe nem que é lá da sua cidade, não sabe que vai resolver, que vereador você vai votar, que prefeito você vai votar isso (...) segundo que é que cuida dos problemas, que diz respeito a essa relação nossa entre as cidades, o ônibus que não funciona você vai reclamar pra quem, o vereador aqui de Campinas vai dizer sabe o que é você é de Sumaré, eu não tenho nada a ver com isso o que eu vou fazer, você vai lá em Sumaré, o que eu vou fazer lá em Campinas eles não ta permitindo isso, não ta deixando fazer isso ou assado, então você vive que nenhum trapo pra lá e pra cá é uma cidadã do que, cidadã de Sumaré, cidadã de Campinas, bom isso ta mudando e agora você tem um guarda chuva institucional, hoje nós temo o que a região metropolitana, então tem o conselho metropolitano ta ti, ta ta então vamos conversar um pouco sobre isso, e eu isso que eu quero falar também, agora outra coisa que importante na nossa vida e o seguinte o que (...) falou, porque será dessa miséria, dessa desgraceira que nós estamos vivendo hoje generalizada não é, mas o Brasil

cresce, cresce, cresce, o país cresceu economicamente no século passado naquele relatório que ele apontou do IBGE dez vezes, o Brasil ficou cem vezes, o Brasil ficou cem vezes mais ricos, mais rico de 1900 pro ano 2000 cem vezes e a população cresceu dez vezes, nós éramos em 17 bilhões de habitante lá no começo do século, em 1900 e acabamos o século com 170 bilhões de habitantes, dez e a riqueza cem e continuamos com grandes problemas de pobreza porque? Porque a renda não foi distribuída de forma racional, de forma inteligente pelo contrário nós chegamos a ter extensões de renda até acentuadas, este é o grande problema do país né, é um país que tem um potencial, é um país rico, mas tem uma distribuição da suas remessas, das suas riquezas de forma muito distorcida e essa distorção de distribuição da riqueza se manifesta em tudo é o deslocamento desumano que muito tem o que fazer na área de transporte anda quilômetros e quilômetros para poder ter um terreno mais barato, então você perde tempo, perde energia, gasta em transporte, e a distorção na questão da escolaridade, a escola gratuitas no Brasil pra quem pode pagar e que não pode pagar, trabalha dia e paga escola a noite, essas distorções todas, nós temos que ter coragem de crivar isso daí e levar pra frente porque tem alguma coisas quase que paradiva, não não isso não pode ser assim, não pode ser assado, a questão então que tem que ser enfrentada e até bom que o governo tenha mudado radicalmente nesse

aspecto, porque até mesmo que tinha condições fortemente contrária está apreendendo na prática que uma coisa e o blá,blá e a outra coisa é ter que realizar e ter que fazer, a hora tem que enfrentar o mundo da verdade, você vê que tem que mexer em coisas doloridas, então vamos ver, vamos ver aqui e agora como é que nós estamos vivendo nessa chamada região metropolitana e o que podemos melhorar, e pra encerrar essa minha pré-seleção só, não adianta um esforço comunal intelectual, eu Pedrinho, e todo mundo que ta na universidade, basta um rato, basta um cafajeste bem posicionado numa câmara pra destruir todo e qualquer plano que você possa imaginar, a Raquel Romini que hoje é secretária do Ministério da cidade tem um livro muito interessante em que ela fala, não é que faltou planejamento pra São Paulo, teve um vereador que ficou 30 anos na câmara de São Paulo um tal de Paulo Brasil o que ele aprontou, o que ele fez com o uso dos pólos e especulações imobiliárias, foi mais do que todo mundo planejou, e aqui é assim também to cansando de vê pilhas e pilhas de projetos de planejamento pra, para o diretório de Campinas ta cheio, no entanto o Oziel foi criado em duas semanas, criado e deixado acontecer, houve um prefeito em Campinas Bonachão até na forma ta largado, bonzão que achou que aquilo era uma benesse, bom deixa os coitado, não é uma questão de coitado, milhares de pessoas ali se instalaram sem nenhuma infra – estrutura ocupando uma área que

poderia ser uma área, poderia gerar renda e emprego uma área de forte potencial econômico que agora ficou totalmente degradado aquele monte de gente né, 4,5,6 mil famílias gerou um desequilíbrio monumental no equipamento público, não tinha como oferecer equipamento público para todo mundo de repente, escola, saúde, água, esgoto, transporte e num momento pro outro é obvio que isso você não resolve numa pancada só, então vamos discutir tudo isso aqui depois da palestra pra gente abrir um debate sobre isso, o que acontece quando alguém né num ato aparentemente de grande bondade pode causar um impacto que prejudica a todos inclusive aos que chegaram daquela forma, vamos lá então, bom só pra começar dois ou três conceitos bem pequenos, porque nós vamos falar de região metropolitana né, existe na própria lei alguns conceitos, porque alguém pode perguntar, porque Campinas é uma região metropolitana e outras é ou não é, se fala de em micro região quando a gente pensa num território, território que compreende alguns municípios né, com características homogêneas, os municípios pode ser uma micro região por exemplo com Lindóia, uma micro região de Serra Negra que tem um algum comportamento turístico, ou de algum artesanato local, ou de alguma, alguma atividade econômica local, se considera aquilo uma micro região, já uma aglomeração urbana, já é uma área urbanizada um pouco mais extensa e as vezes o municípios (...), mas acredita numa

relação entre eles como é o caso de Jundiaí, Jundiaí não tem um pólo é uma área urbanizada mais ou menos continua, não está totalmente (...), o governo dos municípios que fazem fronteira entre si né, tem múltiplas funções e interesses comuns, o Jundiaí não tem uma função única aquela micro região, o aglomerado urbano dele não existe uma polarização em cima de uma cidade só como é o caso de Campinas, ou caso de São Paulo, que aí vence o seguinte né, região metropolitana já existe uma cidade mãe metrópole inclusive tem essa designação cidade mãe, pressupõe uma realidade social e econômica cujo o centro de grandes (...) não temos um centro dinâmico, temos uma força dinâmica como é o caso de São Paulo, como é o caso de Campinas, como é o caso de Santos as três regiões que a gente tem em São Paulo. E o pólo de atração e de disfarce de produção e de consumo, mas do que isso nós vamos falar por social e se você parar e resolver isso por uma decisão jurídica e então vamos mudar o rendimento social e isso tem que pagar, pagar os juros, (...), os juros são campeões de 2% a 10% juros, nós temos conversar com o banqueiro, como é que nós vamos fazer, se pode esperar algum tempo pra pagar esses juros (...) supremacia do capital financeiro, tudo se move me proteção aos serviços do capital financeiro esse, essa questão social, ou seja é preciso que na verdade (...)m essa herança políticas do país se convença não é, se convença que nós temos vivendo num processo suicida, porque a cada dia que a

gente passa mantendo esses juros, esse acordos com o fundo monetário internacional, o subdesemprego, os buracos das contas externas, das contas públicas e da violência social, ela vem aumento mais, porque (...) nós engraçado, a gente se assusta com um crime hoje, com um crime aqui, nosso a avô matou neto, o filho estrangulou a mãe (...), mas isso virou cotidiano, isso sai na pagina do jornal no país inteiro aquele crime nos anos atrás era uma coisa típica da baixada fluminense, hoje hã a baixada fluminense é um convento de freirinhas (risadas) é um convento de freirinhas perto do que é São Paulo a violência ela está discriminada no país inteiro, a violência é em grande medida fruto disso, é um enfretamento da questão econômica e quanto isso aí não foi feito, nós vamos continuar papo, durante o nosso bate papo, ta vamos o que eu acho interessante e você começar a perceber olhando já pra uma gravura como essa a nossa realidade no Estado de São Paulo nós temos hoje três regiões metropolitana institucionalizada quais são? Tem a aqui de Santos, a região metropolitana de São Paulo aqui chama devastadora de São Paulo e a nossa de Campinas. Essa região metropolitana de São Paulo se configurou institucionalmente desde 1973 tem 30 anos, as outras duas a devastada e a nossa tem menos de 5anos, 4anos essa daqui tem 2 anos no entanto já trabalhavam na forma de consorcio, já se discutia, já tinha alguns elementos ai agregador, agora veja interessante uma coisa, não, não pode, pode deixar ali

mais um pouquinho por favor, essas três regiões metropolitanas na verdade está mergulhadas naquilo que a gente tem chamado de um complexo expandindo, num complexo metropolitano muito maior tem uma abrangência forte, pega desde a região aqui de Sorocaba, Jundiaí tá aqui no meio tá, aqui em baixo está São Roque, mas Sorocaba é mais forte, pega a região das Águas que é uma referência, águas há de Lindóia, Serra Negra, Amparo, Bragançana também e vai então ao Vale da Paraíba que é a região de São José dos Campos, essa região aqui do Brasil corresponde ao meio por cento do território, olha que concentração humana que a gente vive meio por cento, não é um por cento, metade de um e meio por cento e sabe quanto habitantes tem aqui está indo pra 27 milhões e 26 milhões beirando os 27 milhões, o que significa 27 milhões de habitantes significa 15% a população brasileira, então 15% da população brasileira está agrupada aqui nesse meio por cento do território, agora a força desse território é tremenda, dessa área que corresponde a quase 80% do PIB do Estado de São Paulo de tudo que São Paulo produza não é tudo, agrega valores está aqui dentro e corresponde a mais de 27% do Brasil em termos econômicos, então a concentração é fortíssima é uma área riquíssima em termos de processo econômico, processos sociais e portanto ou em consequência desta fração que gera também tem seus problemas sociais forte, você se todo mundo lembra de uma coisa aqui, que vê

olha só em 1950 na idade dos seus pais você perguntando pra eles como era o Brasil em 1950 o Brasil possuía naquele ano, naquela década né, no começo da década de 18 milhões de pessoas morando na cidade, 18 hoje o Brasil tem 138 pessoas milhões né de pessoas morando na cidade, urbano dos 178 brasileiros, 138 são urbanos, o que aconteceu me 51 nós tivemos um crescimento das populações urbanas de 120 milhões de pessoas, o que significa isso? Nos anos 50 se você pega 120 e divide por 50, as nossas cidades cresceram quase com dois milhões e meio de habitantes, então a cada ano era em torno de dois milhões e meio de pessoas tivesse que ter casas, postos de saúde, escolas, ou seja, em 50 anos nós tivemos que tentar montar a cidade pra 120 milhões de pessoas não teve no século nenhuma urbanização no mundo tão forte quanto essa, não tem China, não tem Índia, não tem o que você pensar, a maior urbanização ocorrida no mundo, mas nasceu tudo isso de brasileiro, não, não só nasceu como também se deslocou nós tivemos uma forte migração do campo para a cidade, o que eu quero dizer com isso não é que nós brasileiros somos todos um bando de incompetente, nós somos um bando de corruptos, que ninguém presta, que ninguém vale nada todo mundo burro, imbecil, analfabeto não é isso essa prática (...) até, até a imprensa inocula porque só da desgraça né, muitas vezes tem nego que incorpora aquilo, o cara fala pó realmente o Brasil, o cara fala realmente o Brasil tem até uma piada o país é

maravilhoso, mas Deus colocou aqui um povinho que não vale nada, né, que o Brasil não tem terremoto não tem isso, não tem aquilo, não tem aquilo, mas (...) Deus colocou o povinho e fala uma palavra (...), não é isso, não é isso, nós somos um povo, não preciso badalar vocês, nós estamos né, falando entre nós, nós somos alegres, trabalhamos pra cachorro, porque eu já morei fora da Brasil, morei na França que todo mundo fala que trabalha, lá tinha tanto feriado, que até me cansava do feriado, e aqui do ponto de vista nunca consegui cansar de feriado e aqui trabalhos dez, doze horas por dia, porque todo mundo quando pode e quando tem faz horas extras, camelamos pra burro em transporte, temos pouquinho lazer, tiramos férias (...) por que não temos nem pra onde ir ta então vamos erguer a cabeça e ver que o país, é um país novíssimo, é um país muito novo que vive um momento forte, por ter problemas, agora nós temos corruptos, incompetentes temos, mas estamos pegando se Deus quiser a gente vai (...) bom aqui está os números pode pular então, uma coisa que vocês pediram para mim falar um pouquinho o que é essa metrópole, o que a gente sonha, o que é a cidade do futuro, né a cidade metrópole, lá em São Paulo nós fizemos um trabalho durante 30 anos com diversas comunidades, e nós estamos fazendo em Campinas então, esse resultado que deu em São Paulo, eu já vou colocar pra vocês o resultado parcial que está dando em Campinas, aqui em São Paulo nós teremos uma metrópole competitiva,

saudável, equilibrada, responsável e cidadã, vamos ver um pouquinho de cada uma dessas, dessas premissas, dessa qualidade aqui ta, mas eu vou ver isso pra vocês já considerando Campinas, em Campinas não apareceu a palavras competitiva vai aparece outra coisa, mas é interessante vocês verem o que já deu aqui e depois, nós vamos comentar o que já deu em São Paulo, vamos lá vamos começar a falar da gente aqui em Campinas a única forma mais visível por enquanto de uma situação metropolitana que a população percebe com isso nós temos que trabalhar para ganhar essa conscientização metropolitana pode vim através do transportes, outras situações como é o caso da água que é muitíssimo mais velho, nesse sentido da questão do transporte muita gente não percebe a questão do ar da poluição, a questão dos dejetos do lixo, como é que nós vamos fazer com os lixos, onde é que a gente joga o lixo? O lixo de Campinas é pra jogar onde, Campinas não tem espaço, não tem aterro e se não tiver, é uma cidade pequena encravada como Diadema que ta cercada de cidades de todos os lados como ela faz pra jogar o lixo fora. Santo André, São Caetano, bom então há diversos problemas que você se relaciona com os outros, aqui a questão do transporte coletivo já tem uma intermelação interessante veja bem os municípios estão dando conta de 63% do transporte, o transporte que tem em Campinas, tem em Sumaré, tem Hortolândia, Jaguariúna isoladamente, tem os transportes

locais, o Estado responde pelo resto 36%, só a cidade de Campinas 63,5% é tudo só a cidade respondeu por 53% do transporte de toda a região só a cidade de Campinas, com a metrópole é forte ela é o peso maior, o resto 10% conta e pelo ônibus que vocês vêm por aí do tipo, como do tipo de ônibus que vocês vêm aí como Caprioli, Rápido Luxo, Ouro Verde, hã enfim esses ônibus das cidade que vem pra cá Ava, Bonavita enfim são esses que o Estado tem a captura que a gente esta fazendo, o que a gente pretende? Pra começar a pessoa a perceber que está numa região metropolitana, nós estamos pintando os ônibus usando uma forma pra eles própria de região metropolitana que é aquela pintura bonita, assim tem uma bandeira paulista né do Estado de São Paulo pra que a perceber que aquilo é metropolitana e apesar de viajar cidade por cidade, nós estamos também levando todas as obrigações sociais para o transporte metropolitano, o passe escolar, o passe idoso, o passe deficiente a gente está também fazendo com que todos metropolitamente tenham esse direito, isso é importante vocês saberem agora, nós vamos mostrar pra vocês no final dessa fala o que mais nós estamos fazendo para dá característica metropolitana pra cá. Bom então pra que a gente comece a pensar no nosso futuro, nós estamos trabalhando do que a gente de PITU- Plano Integrado de Transporte urbano através do transporte nós estamos discutindo todos os aspectos, como é que nós estamos fazendo isso? Essa visão de futuro nós trabalhamos

as duas partes aqui, reuniões com todos municípios através de ONGs, assembléias, a câmara locais, executivo, etc,etc. e tivéssemos (...) e o que nós vamos fazer agora? Nós estamos divulgando e provocando mais inscrições para fazer uma realimentação pra saber o que precisa melhorar vamos lá, o que se deu aqui em Campinas, aqui se deu a seguinte forma, eles querem, essas populações nobres são 19 municípios aqui em Campinas querem que a região metropolitana chega, olha que estiver copiando precisa copiar que eu deixo o disquete pra vocês de presente aí tá, pode ficar depois alguém copia, quero mostrar pra vocês, olha saudável todo mundo quer uma cidade, uma região metropolitana saudável, integrada, harmônios, diversificada, acessível e cidadã, como aqui nós não estamos numa região de trabalho pra começar a discutir cada uma dessas questões, eu vou expor o que foi cada uma delas, mas depois seria interessante que cada um de vocês pensassem um pouco mais e brigasse daqui pra frente muito nesse sentido ou se divergia, ou criar outros também aqui não apareceu muito a questão da competitividade porque São Paulo é uma das duas cidades mundiais do Brasil, o Brasil tem duas cidades que é considerada mundiais que é Rio de São Paulo, assim como tem e Nova York, Tóquio, Londres tem umas 15, 20 cidades que são consideradas cidades mundiais Campinas ainda não é considerada assim então por isso ainda não tenha talvez não aparecido a questão da competitividade, vamos abrir um

pouco cada um desses debates, o que se pensou nesse atributo de ser saudável isso estamos aqui pensando tudo naquilo que nós queremos ter, não nós ta dentro do que é já lógico, nós queremos caminhar pra lá, se você não mapear, não faz uma estrada de um sonho você não tem o que lutar pra concretizar então pode ser sonho ou não, então você tem que fazer essa busca e a busca que nós queremos é essa, e fazer com que o nosso meio ambiente preservar e auto sustentável essa palavra auto sustentável virou moda né, toda hora a gente fala isso auto sustentabilidade, auto sustentabilidade, o cara vai numa festa ele fala eu to auto sustentável hoje, ele vai (...) vamos o que nós temos que sentir né que você não desequilibra o meio que você esta, não desequilibra por que não é fácil o equilíbrio ecológico e interessante até aquelas faixas que tem na lagoa do taquaral e aqui também tem, é faixa aquela lá, é aquilo Capivara a (risadas) gente do céu eu estou até trocando a bolas, aquilo lá é capivaras algum chega com muita boa vontade de coração aberto, e isso executivo de coração de aberto é que chora demais de mais pelo amor de Deus (risadas) o cara chora fica emocionada e fala eu vou deixar as capivaras livres, aí tem 10 capivaras, 30 capivaras, 100 capivaras e haja capivaras, haja capivaras e haja capivara e o cara da mãe que lindo, cada vez mais lindo e vem um tal de carrapatos e ninguém sabe mais o que faz com as capivaras, aí fala mata tudo, mata tudo que deu carrapato, aí alguém

vem e fala agora se você matar e pior porque o carrapato vai procurar outro local para se alojar, agora você tem que deixar algumas aí pro carrapato ficar por lá, então é uma brincadeira, mas tudo que você provoca de uma forma emocional, como fazem assim ou assado, vamos ocupar desse jeito, vamos instalar, está uma briga porque querem fazer uma obra aqui na estrada da Rhodia, uma obra não mudar o rumo da estrada Rhodia pra abrir mais não sei quanto mil, mil e duzentas, cinco mil lotes da área rural que é um golpe bom né, você tem uma área deixa uma fazenda, você fica quieto todo mundo urbaniza do lado da fazenda, urbaniza tudo e a fazenda fica no meio fica quieto e o dono fica quieto, e todo mundo levanta lá pra frente, gasta um dinheiro como arrumar esgoto, água, luz e agora com a maior cara de pau, o cara vem e eu quero deixar minha fazenda pra criar um condomínio aqui de 10mil casas, ninguém pergunta o que vai acontecer com a estrada da Rhodia, quantos ônibus vai ter, onde vai ser as escolas dessas crianças, onde vai ser os supermercados, as creches, como é que vai ficar aqui a rede de saúde da região ninguém pergunta nada, então precisa ter um equilíbrio, precisa saudar, precisa crescer devagar, precisa crescer com cabeça né, bom integradas as cidades da região estão integradas, isso é que nós precisamos, as cidade tem que estar integradas até fisicamente, até fisicamente, hoje pra mim ir até Jaguariúna eu preciso ir pela a estrada, pra mim ir pra Paulínia eu vou pela estrada, nem fisicamente

tem integração é tudo estrada, é uma operação tão grande que pra mim ficar dentro da minha cidade, pra mim ir pra o bananal que é meu bairro de Campinas tenho que pagar pedágio não é verdade, porque? Porque o safado né, o grupo de safadeza, o lote de imobiliária, a especulação em Campinas é tão violenta que alguém foi lá loteou e não se preocupou com o acesso não tem uma estrada, então você perde um pouco, então falta autoridade, gente eu ano sou candidato a nada eu to falando de desabafo porque a 40 anos eu ouço falar as mesmas baboseiras, então ou nós saibamos quando acontecer um troco desses, ir lá no vereador pega no pé, arrebentar e falar que não que, ou vai acontecer isso, o bananal está lá pagando pedágio ta, cidades da região estão integrada. A intenção é de ser corretiva a região tem uma admiração mundial, olha que interessante a região metropolitana aqui ta exigindo isso ta falando nisso, a presença de viracopos não sei quem lembrou é algo que sensibiliza a região, o aeroporto dá um torno de exportação e importação, o Rio Tiete e toda a hidrovia do Tiete chega aqui perto Pedreiras, Piracicaba, o Porto de Santos esta a 120 140 quilômetros daqui, se você tiver o Rodoanel fechado, pega o anel que vem vindo mais pra frente depois eu posso explicar, nós estamos colado no centro de exportação e fantástico de Santos, e aqui dentro de casa no viracopos, então cidade já pleiteia uma dimensão mundial, a região metropolitana (...), nós queremos uma nova cidade

articulada por vários núcleos multifuncionais, hoje a humanização nos meios que nós temos permite criar lucros multifuncionais não é verdade todo mundo aqui lembra, ou tende a lembrar quando criança que alguém da sua casa pra cidade, muitas vezes a gente muitas falava, vai pra cidade, to indo pra cidade, to indo pra cidade, to indo pra cidade já é uma coisa que a gente não fala tanto né, to indo pro centro, dá pra você levar uma carta pra mim, se passa no correio, se passa no correio pra mim, da pro se passar no banco pra mim, hoje isso já é muito mais facilitado, você tem mais lucro, você tem mais possibilidade de determinar para os bairros multifunções, serviços principalmente, não existe tanto necessidade daquela cidade ser esclerosada assim, olha lá do distrito industrial social, aqui rede bancaria, aqui vai ser só pra morar, você imagina uma bairro de dimensão inteira, qual (...), todo as mulheres também trabalham, as crianças vão pra escolas, ou tem que ir pra creches, as mulheres trabalham, os maridos trabalham, ou deviam trabalhar não é e o bairro fica o dia fechado, o dia inteiro se desloca para outro lugar, além de trabalhar tem que comer, tem que comprar alguma coisa pra levar pra casa, pois quando chega em casa não tem onde comprar então esta conformação espacial nós queremos mudar também, e fazer núcleos multifuncionais não só na cidade como nos bairros, a região é algo centrada aqui o queremos uma região diversificada ela é auto sustentável, uma atividade econômica compatível com

as vocações regionais, quando você tem um município é uma coisa quando se você tem 19 e analisa o que os 19 tem de potencial você pode crescer muito mais por exemplo aqui na nossa região nós temos algumas cidades que vocês não imaginam a força econômica que elas tem, sabe no que em frutas você pega ali a região de Valinhos, Vinhedo, Itatiba é uma coisa impressionante o que elas produzem de fruta, fruta de primeira categoria para exportar até inatura pro resto do mundo, como é o caso de goiaba, manga, uva, figo é uma coisa fantástica, bom está ali uma energia tremenda vamos juntar essas cidades e foi o que se fez, criou-se a cidade das frutas, o núcleo das frutas, são oito cidades, (...), você tem lixo aqui é forte flor que é da Holambra então preraí vamos criar, você tem alta tecnologia aqui da região da UNICAMP, você tem fortes industrias de metal mecânica, metalurgia na região de Sumaré, você pode agregar aqui o que um valor de turismo de convenção, turismo de negócios, você tem um forte aparato de saúde na região então você pode também agregar esse tipo de economias de vendas, enfim diversifica as atividades econômicas compatíveis com vocações regionais que já estão aí estabelecidas, e muitas delas estão adormecidas e a gente não percebeu, então isso que se pretende né pra nossa região, a principio eu já comentei isso rapidamente a mobilidade que a regulamentação deve estar assegurada, isso que eu falei agora pouco, nós precisamos criar caminhos metropolitanos,

a metrópole deve oferecer em regime públicos de qualidade isso é obvio, mas tem estar sempre que estar martelando, sempre falando e sempre pensando de uma forma metropolitana regional. A saúde vocês vivem que estão mais próximos aqui na questão da assistência social vocês vêem muito isso, a questão da saúde se você não faz uma rede inteligente né, com um atendimento primário, secundário, terciário e até quartenária deixando em algumas áreas do HC, área quartenária do século da saúde, você tem gente batendo aqui na porta com dor de barriga, com febre, com dor de cabeça, é obvio você tem que pensar de uma forma integrada uma rede e não é só na saúde não, todo mais você tem que pensar, porque que o município vai criar uma grande FATEC por exemplo no município sem pensar em agregar também estudantes dos outros município, porque não se pensa em projetos incomuns, vou dar o exemplo pra vocês, questão da moradia vai um prefeito lá em São Paulo e fica chorando com razão porque ele precisa de verba pra fazer trezentas casas, então seja lá de acordo dele, então um outro prefeito coitado aqui de baixo de Indaiatuba vai lá também reclama que precisa de pelo menos mil casa e assim fica, cada um deles fazendo um pedido isoladamente, você não cria massa crítica pra política, aí nós reuniões todos os prefeitos dentro de uma câmara temática chamada habitação discutiu-se quantas moradias precisam para tirar pessoas da área de riscos, vamos acabar primeiro com áreas de riscos,

moradias em situação de risco deu 6400mil unidades, uma coisa assim mais ou menos 6400 e qualquer coisa, então nós vamos batalhar por um projeto junto ao CDHU para 6400 unidades pra acabar com todas situações de riscos, todos os prefeitos ganharam força política pagam o pedido global e arruma uma linha de credito de uma forma global, e se cada um isoladamente não tem essa mesma energia, essa mesma força, porque isso cidade, uma região metropolitana cidadã, eu estou aqui pensando segundo o nossos participante de trabalhados é assim todo mundo tem é obvio né, que é uma das coisas que mais ateroriza é a insegurança, e essa insegurança não é só patrimonial, é a vida né, tem a segurança do trabalho, segurança (...) né, tem o transito tem tudo, a questão da segurança pública isso é um dos primeiros aspectos a discutir, mas que discute também gente como que nós um simples cidadão podemos participar de esse imple da segurança porque vai chegar um momento que não da pra botar um guarda em cada esquina, num da pra botar um guarda no meio do mato pra poder ficar tranqüilo não adianta, não tem, não cabe se você encontra um psicopata numa situação então da, não é isso tem que haver uma serie de cuidado, umas das coisas que nós estamos analisando é o seguinte a população também tem que vereficar muitas coisas de segurança você alimenta, quando você compra um CD pirata que é mais barato e cinco paus, oba legal, me da 2,3 não vou aproveitar e levar 8 que é natal, então eu já dou

oito presentes, você tá alimentando um bandido, um bandidinho pequeno aquele coitado que tá ali as vezes é um bocó, muitas vezes nem sempre é bocó, porque de bobo quase ninguém tem mais nada, agora a máfia que tem por de traz disso, a organização criminosa que tem por traz, uma pirataria de CD vocês não imagina a força que tem, inclusive com ramos internacionais aquela atriz boboca que fala que fuma maconha pra relaxar um pouco é uma boboca tamanha porque como tem mais de 2,3,4,5 milhões de adolescente que se miram nela porque ela é uma celebridade tá vendo ela tá rica, bonita, gostosa e porque eu não posso fumar maconhinha também, e a boboca falou que fuma pouquinho, dez graminhas né, digamos sei lá, agora dez graminhas vezes cinco milhões da toneladas, da onde vem essa tonelada, o crime e o narcotráfico é o mais organizado, gente é o mais organizado, que dizer que hoje em dia se houvesse mesma um confiança até na universidade, eu fico bobo dentro na universidade tá cheio de estudante com essa cabeça de minhoca, a importância do universitário hoje acha que a (...), aquele monte de lobo que tem na Colômbia é revolucionário, e marxista, só porque tem uma cartilha de, de baixo do braço, o caras são traficantes, seqüestradores, bandidos, estão levando instabilidade até pra América Latina, jogam o tráfico de drogas pra cá e levam armas daqui do Paraguai pra lá, então esse bandido super organizado tá nas 30 graminhas daqui, 20 graminhas dali é lógico gente isso tudo pra gente

participar por exemplo bar aberto a noite, já (.....) fechou bar a noite depois das 11 horas, esses bares são (....) nas favelas. O Bar é um ponto de venda de armas clandestinas, qualquer um sabe, você chega num bar e, e fala me dá um 38 aí de jartão, de um jartel me dá um 38 não sei o que, me dá um raspado, 38 raspado que não tem marca coisa, os bares da periferia tem isso, então tem que dar um jeito de participar e nisso fecha os bares, produto contrabandeando na hora, eu vou dizer uma coisa, eu sei de um lugar, ta procurando sei lá o que, ta procurando um DVD eu sei de um cara que traz um DVD legal pra burro tal, tal mais barato, além de fortalecer o crime a medida que você esta ajudando este tipo de formalidade esta sendo desviado dinheiro da formalidade que vai gerar emprego, vai gerar hã, você ta matando até o emprego então, eu vejo aquela menina falando coitada ou aquele rapaz né ou adolescente que está precisando de um coisa mais barata procurando e passa e compra dois piratas, CD piratas lá qualquer, coisa pirata ele ta acabando de redibutar mais uma vez o emprego próprio. Bom, mas tudo isso é um processo não é, eu sei que não é fácil, mas a participação da questão da segurança, não é só policia na rua e também policia na rua, bom vamos parar por aqui e no debate a gente continua. Muito obrigado.

KAZUO NAKANO

(.....) Eu estou acostumado eu trabalho com profissional da área de Serviço Social, então pude perceber, agora tem muitos representantes aqui da categoria. Queria agradecer o convite pra participar desse debate e deixar aqui os parabéns pelo XX aniversário do Ciclo de Debates que esta sendo comemorado e hoje deixar a saudações da professora Aldaíza Sposati ela não pode vir por conta dos compromissos, hã na Secretaria da Assistência Social da Prefeitura de São Paulo e ela pediu pra mim transmitir as saudações. Eu organizei uma apresentação curta pra da espaço pra gente pode dialogar mais em quatro partes né.

Na primeira parte eu queria está traçando rapidamente um quadro geral das tendências de territorialização né da população brasileira principalmente nessa ultimas décadas de 90, de 1990 a 2000 a ultima década do século passado, e há na segunda parte queria estar desenvolvendo alguns pontos, alguns aspectos da territorialização das metrópoles brasileiras né, pontos que eu acho são cruciais, desse processo e que são comuns a todas metrópoles que existe aqui nosso país, na terceira parte eu queria estar levantando algumas questões pra gente discutir nos campos das políticas públicas particularmente aquelas políticas públicas voltadas pra combater e enfrentar a desigualdade sócios territoriais metropolitana e por fim na

quarta parte eu queria estar colocando há alguns pontos que pra mim são embates né, colocados pela própria realidade metropolitana frente a esses desafios da formulação e implementação de políticas públicas combates a desigualdades sócio territoriais. Então na primeira parte eu vou usar o Power Point que eu trouxe alguns slides só pra gente visualizar essas tendências, poderia colocar o slide por favor e esse mesmo, pode passar pro próximo aqui como o companheiro ali de mesa já colocou esses são os dados que mostram o nosso ritmo acelerado de urbanização da sociedade brasileira na segunda metade do século 20, de 1950 a 2000 a gente partiu na década de 50 em 36,16% da nossa população vivendo em perímetros urbanos e chegando em 2000 com 81,25% da nossa população brasileira vivendo em áreas urbanas né, teve uma inversão na tendência do processo de distribuição do processo populacional foi muito vem colocado na apresentação anterior, agora eu queria levantar alguns pontos desse processo que está bastante influenciado, ele bastante insaciável nesse processo de deslocamento inter regional da população particularmente do campo pra cidade e também da cidade pra cidades, das cidades pequenas para as cidades medias, das cidades medias para as cidades medias, das cidades medias para as grandes cidades, para as grandes metrópoles, pode passar um pouquinho eu queria mostrar esse mapa de 1991 com dados de 1991 em que a gente tem município brasileiros com

faixa populacional aqui eu acho não da pro pessoal lá do fundo enxergar, então vocês vão ter que acreditar em mim (risadas) né, nisso, nesse município clarinhos, amarelos clarinhos são os municípios que em 1991 tinha 618 a 20 mil habitantes, nesses municípios alaranjados claros de 20 mil a 100 mil, aqui no alaranjado escuro de 100 a 500 mil, no vermelho de 500 mil a 1500 milhão e 500 no marrom de 1500 a 9600 milhões que é o município de São Paulo o maior município brasileiro, então a gente vê aqui essas, esses pontos mais escuros laranjas né, vermelhos, marrom, a aqui há os pontos de complicação populacional nessa malha urbana né, nessa malha principal no Brasil no começo da década de 90. pode passar por outro por favor, aqui no ano de 200 a gente tem o mesmo São Paulo diferença há que falta a vista comparada com o mapa anterior e essa expansão da mancha laranja que são esses municípios de 20 a 100 mil habitantes crescendo há, se arrastando principalmente nessa região norte Pará, Amazonas né e que a gente vê aí uma frente de crescimento populacional né e conseqüentemente uma frente de expansão urbana, essa população que está crescendo nessa região norte do Brasil, é uma população que boa parte dela está se dirigindo pra viver nas cidades, em plena há região amazônica essa é uma tendência né, da, do processo de urbanização brasileiro nesta virada de milênio a expansão de nova frente de urbanização em regiões pouco ocupadas e ao mesmo tempo esse rico crescimento dos pólos

de concentração hã populacional urbana aqui nesses municípios onde a gente já tinha essa concentração e esses pontos, e esse pontos (...) eles pontuam né as regiões do país, pode passar o segundo, aqui a gente vê os números do Estado de São Paulo em 1991 esse corredor né do municípios médios aqui no Vale do Paraíba e aqui eixo de São Paulo, batalha Santista, São Paulo, Campinas, Ribeirão Preto, o eixo da Califórnia Brasileira né, e hã esse eixo de riqueza do dinamismo econômico e hã está muito bem configurado e aqui temo eixo da pobreza que o Vale do Ribeira, eu não trouxe o mapa daqui, eu tenho uma serie de mapas de (...) sócio econômico tanto do IBGE, do altas, do desenvolvimento humano de 2002 do Brasil e São Paulo e a gente vê claramente esses dois eixos de riqueza e pobreza do Estado, pode passar para o outro por favor. A já passou, a gente vê de 1991 pra 200 a diferença quase não tem diferença, o que a gente percebe é só esse alaranjamento desse eixo aqui né, do eixo da riqueza, é claro é um eixo que está crescendo populacionalmente, e isso a pesquisa da Raquel que a gente acompanhou a Raquel Novik lá no foro, mostra os municípios com maior valores agregados também são os municípios com uma tendência forte de crescimento populacional e também são os municípios com maior concentração de moradia inadequada, estão nós estamos reproduzindo na ultima década do século 20, o mesmo roteiro de desenvolvimento econômico, o mesmo roteiro de desenvolvimento urbano

baseado na concentração de riqueza, na reprodução da precariedade territorial no aprofundamento da vulnerabilidade social, no principal Estado do país, pode passar o seguinte, aqui há só pra gente ter um quadro das metrópoles do Brasil há e que mostra declaradamente a polarização que o secretário colocou aqui nessa região da metrópole paulista né, São Paulo concentrando isso 10 de 16%, 6% desculpa respectivamente da população do brasileira né, 10% da população brasileira são a região metropolitana de São Paulo aquilo que foi colocado já muito bem na apresentação anterior, bom esse, essa pequeno conjunto de dados e de mapas e só pra gente ter uma visão dessa duas tendências da humanização da população brasileira no momento atual, há de abertura de novas frentes de crescimento urbano, de novas frentes crescimento populacional e dentro, e dentro meio há dessa polarização em alguns municípios com grande concentração da população e também com grande concentração de (...) econômicos e também com grande concentração de precariedade territorial e de vulnerabilidade social, agora eu queria pedir pra acender as luzes porque eu não vou mais projetar os slides. Queria passar para segunda parte de nossa discussão que é sobre alguns aspectos da territorialização das metrópoles no Brasil e queria refletir alguns sobre desses aspectos aqui juntos com vocês. Primeiro ponto é sobre a territorialização metropolitana constituída a partir de alguns

processos sociais desenvolvidos por sujeitos né hã envolvidos em dinâmicos políticas, políticas e econômicas e culturais. A idéia e que a territorialização da metrópole ela é um processo social, político, econômico e cultural promovido pela interação do diversos autores, dos diversos grupos de interesses, das diversas ações políticas né, é claro que cabem que os territórios urbanos né, ele é hã envolvido nesse jogo de relações coletivas. A territorialização metropolitana ela produz localizações urbanas né, que são objetos de disputas sociais em qualquer cidade do Brasil, em qualquer metrópole do Brasil nós vemos que os processos sociais, políticos, econômicos e culturais são processo de produções e localização a partir de investimentos públicos, a partir de investimentos privados, a partir de trabalhos coletivos, a partir de trabalho individual, o território urbano, ele é hã fruto desses investimentos coletivos, desse trabalho coletivos que resultam em localizações urbanas, em lugares, as cidades elas são feitas de lugares onde as pessoas vivem, onde as pessoas agem, onde as pessoas desistem, onde as pessoas atuam. Essas localizações elas não são neutras, as localização urbanas elas são objetos de disputas sociais né, elas são resultados de trabalhos coletivos, e elas são também objetos de disputas sociais, em geral essas localizações, as melhores localizações, as localizações com melhores atributos, aquelas que com maior concentração de oportunidade de trabalho, aquelas com maior concentração

de equipamentos sociais, maior concentração e melhor ofertas de infra estrutura urbanas em geral, essas localizações são apropriadas por aqueles grupos com maior poder de articulação política, os grupos com maior poder de captura, do poder público, os grupos com maior poder de crescimento econômicos né, enquanto que as piores localizações urbanas acaba sendo servida de alternativa de moradia por grupos hã eu detenha as nossas (...), aqueles grupos que defende o nosso poder político de pressão política né, em qualquer cidade do Brasil percorrendo bairros, percorrendo os caminhos internos da cidade a gente vê hã os lugares, as localizações melhores, mais favorecidas são os lugares, os melhores bairros, são os lugares com padrões de moradia da alta renda né, e também bairros precários, as favelas, os loteamentos clandestinos, as ocupações né, então hã esse produto que a gente vê ele tem por traz na verdade dois processo social absolutamente conflituoso e é um processo fundamentalmente de disputas, de disputas pela apropriação da riqueza social produzida coletivamente, porque o território urbano ele apesar de todos esses problemas, apesar essas (...) ele é riqueza social, ele é fruto de investimento coletivos, o problema é que essa riqueza social, o padrão de apropriação coletiva dessa riqueza sócia ele é injusto né, ele é concentrado e ele reflete hã o padrão injusto e desigual de apropriação das outras riquezas, inclusive das riquezas financeiras do nosso país que faz do

Brasil um dos países mais desiguais do mundo, é importante entender esse processo como processo social, como processo político, como processo feito por atores sociais, por atores políticos e processos resultantes de escolhas né, e importante entender nessa dimensão e desconfiar o máximo possível daquelas colocações que definem esses processos como processos naturais né, há como se fosse uma floresta, uma cidade, como uma selva de pedras que um dia nasce, um dia cresce e um dia irá morrer, e há importantíssimo evitarmos essa visão naturalista dos processos sócio políticos, porque se nós entendermos esse processo sócio político como processos naturais nós caímos num fatalismo que se são processos naturais nós não podemos fazer nada para transformá-los, se são processos sócio políticos, nós devemos sim nós incorporar o processo participar para transformá-lo, pra retornar novas escolhas né, a mídia quando estava acontecendo as ondas de ocupações de glebas na periferia, dos edifícios ociosos, a folha de São Paulo ela soltou um artigo que mostrava uma das ocupações na periferia de São Paulo e colocava como título como nasce uma favela? Como se uma favela nascesse e há do mesmo modo que nasce uma planta na cidade né, e a gente sabe que não é assim há uma favela é fruto de todo esse processo sócio político de disputa por localizações na cidade. A expansão das disputas pela localizações urbanas nas metrópoles está o processo de segregação sócio espacial de exclusão sócio territorial que

produzem realidades metropolitanas marcada por profundas desigualdades na distribuição das riquezas sociais, né hã as dimensões dessas igualdades, a gente vem investigando no centro de estudo das desigualdades sócios territoriais na série dos mapas da exclusão e inclusão que a gente vem produzindo hã e reproduzindo a partir da metodologia elaborada pela Aldaíza Sposati inclusive a gente esta trabalhando os dados aqui de Campinas, já estão todo calculados, os mapas já estão todos feitos né, algumas discussões já aconteceram né, e que a gente vê declaradamente essa realidade excludente e desigual que é afastada do território das cidades, hã os bairros onde os déficits nas ofertas de vagas em creches, pré infantil, ensino fundamental, unidades básicas de saúde aparece gritante né, enquanto há bairros onde as superávits né, bairros onde as condições de moradia absolutamente precárias e bairros onde as condições de moradia são bem melhores, enfim há as dimensões dessa segregação sócio espacial, as dimensões de processos de exclusões sócios territoriais são múltiplas né, e que definem e aparecem como sendo obstáculos, interdições que as pessoas sofrem no acesso as condições de vida, a partir das quais essas pessoas possam realizar suas capacidades de desenvolvimento humano, a exclusão sócio territorial ela aparece contemplamente no cotidiano de vida das pessoas né como sofrimento, como uma interdição, como um obstáculo a condições de vida nas quais as pessoas

possam realizar as suas capacidades de desenvolvimento humano, portanto a exclusão social ela é há ela resulta em perdas de potencialidade humana, a exclusão social ela resulta em perdas de desenvolvimento humano né, por isso que a exclusão social, a dimensão e o limite delas é o sofrimento humano, por isso que nós trabalhamos lá no CEDEC, além das dimensões políticas, as dimensões objetivas dos processos de exclusão social, procuramos trabalhar também as dimensões subjetivas dos processos de exclusão social, os grupos de baixa renda, os grupos pobres, eles quando nós vamos discutir os resultados desse trabalho nas comunidades, nos bairros das periferias eles entram na discussão e chamam a atenção pro fato que para gente é uma derrota, ele colocam que pobre eles não morre só de fome, os pobres de tristeza também, os pobres morre de sofrimento também, então essa é uma dimensão que a gente entendeu no desenvolvimento do trabalho como sendo uma dimensão crucial, porque há a há ativação dos processos de subjetivação, são ativações que pode rendudar num processo de transformação inclusive nos processo de transformação da própria vida. A terceira, o terceiro ponto que eu queria estar aqui discutindo aqui com vocês é sobre algumas questões no campo da formulação e implementação de políticas públicas voltada para redução da desigualdade sócio territoriais, a gente viu que o território ele não é um elemento inerce, não é um elemento passivo na produção de desigualdades nas

metrópoles, o território é um processo, ele é um processo de constituição de lugares né, que mobiliza recursos a partir dos vários grupos sociais exercem seus poderes das mais diversas ordens né, esses grupos sociais mobilizando esses recursos no processo de constituição dos territórios eles garantem certos domínios e apreciam aspectos né, aspectos que propiciam condições de vida e potencializam ou não a realizam da capacidades humanas, né esse é o processo de territorialização, por isso é que o território vai além do espaço físico, o território é um processo, é um processo social, é um processo político né, é um processo instrumental, o território ele é instrumento de transformação né, hã, portanto a territorialização ela acupula esses instrumentos para a produção da realidade e para a transformação de realidade, a territorialização implica necessariamente no agenciamento de recursos institucionais, materiais, informacionais, tecnológicos a até acessível né, hã instrumentos de que implica tem transformação na realidade e vice-versa, realidades que também implicam em transformação no território, daí a importância da gente introduzir a perspectiva territorial na formulação e implementação das políticas públicas que é o que esta experimentando hoje na Secretaria Municipal da Assistente Social de São Paulo, introduzir a perspectivas territorial na formulação e implementação das políticas sociais, porque ao se adotar essa perspectiva as dimensões de vida urbana, a

dimensões da vida social começa a entrar em relação (...) né, porque ao se territorializar os processos a gente começa a perceber que os processos de desenvolvimento econômico estão inter-relacionados com a localização dos empregos que afetam a qualidade da localização da moradia né, e a territorialização das ações no campo da comunidade urbana, os transportes a gente começa a perceber na vida social, na vida urbana, esta absolutamente implicada na por exemplo com a acessibilidade dos serviços da educação, portanto a mobilidade urbana, o transporte ele deixa de ser simplesmente uma questão de deslocamento origem e destino e passa a ter uma dimensão social do Serviço Social capaz de garantir acesso sociais, mais do que somente acesso somente físicos né, dado essa realidade de grande concentração de oportunidades em pequenas porções do território da cidade, a mobilidade passa a ter dimensão social, a última pesquisa de origem e destino da região metropolitana de São Paulo mostrou a queda geral da taxa de viagem da população e essa queda na taxa de viagem ela é muito mais alta e grave nos territórios de exclusão social, no território precários da moradia, ou seja, a população pobre, a população que sofre as interdições aos aspectos sociais, essa população está vivendo situações de confinamento nesses territórios, da exclusão né, elas estão sofrendo com o déficit de mobilidade urbana né, essa população está sofrendo hoje com o déficit de capital, de articulação territorial, portanto

ela esta sofrendo com déficit no seu direito habitante, hoje no Brasil a gente tem diante e há diante de toda a sociedade o desafio de construir uma nova historia de territorialização da nossa cidades de reterritorialização das nossas cidades e das nossas políticas públicas que sejam capazes há de enfrentamento há das desigualdades sócios territoriais existentes né, então está feito o desafio de implementar o estatuto da cidade que é a lei federal, há lei federal sancionada em 2001 que regulamenta o capitulo sobre a política urbana da constituição de 1988, essa lei federal ela é uma conquista social, ela não é uma lei federal comum porque ela interfere numa historia da sociedade brasileira do últimos 30 anos que pra mim como urbanista é uma das historias mais relevantes em que precisa ser registrada, porque há pela primeira vez nós temos uma constituição federal de 1988 que parte dela foram inscritas por iniciativas populares, por emendas populares, a gente tem o capitulo da política urbana, os artigos 1.82 e o artigo 1.83 que há que originaram há de emendas populares né construídas coletivamente por diversos atores sociais, organizações não governamentais, universidades, sindicatos de arquitetos, sindicatos de engenheiros, movimentos de moradia, movimentos de saúde, movimentos de mulheres, enfim esse conjunto há rico de atores sociais de atores políticos de todas as regiões do Brasil no final da década de 1980 se mobilizaram no movimento nacional da Reforma Urbana há

discutindo e foram construindo essas propostas para serem incorporadas na constituição de 88 coletaram as 250 mil assinaturas necessárias, apresentaram a proposta, só que o tema é polemico afeta grandes interesses, interesses conservadores e históricos da nossa sociedade, então essa constituição, esse capítulo apesar de prever alguns instrumentos ele não pode se aplicado porque divergiu a regulamentação em lei federal, muitos instrumentos que já tinha sido prevista na constituição de 1988, por exemplo o IPTU progressivo no tempo, não pode ser aplicado por porque estava aguardando essa regulamentação de uma lei federal. Ainda bem, (risadas da Platéia). Essa, essa regulamentação ela teve que esperar 12 anos, a partir de 1988 iniciou-se um novo capítulo dessa historia social no Brasil né, que todos esses atores tiveram que mobilizar, inclusive fazer logo com os deputados federais, com senadores pra que se encaminhasse para tramitação da lei, das leis que iria regulamentar esse capítulo de depois de 12 anos de ida e vinda se conseguiu em 2001 a lei federal 10.257 mil que é o Estatuto da Cidade, e após o Estatuto da cidade de uma nova conquista, uma nova conquista que hoje hã coloca muitas esperanças pra gente, que atua e procura transformar e reterritorializar a nossa cidade que é a criação do Ministério da cidades, que é a criação do Ministério, do Ministério que é um ministério que foi criado junto com o fórum nacional da reforma urbana hã, cuja a concepção

passa por todas essas discussões só que essa historia ela hã é uma historia de luta, uma historia de disputa, é ima historia que tem seus adversários, tem que ter seus adversários, sempre teve seus adversários, continua tendo seus adversários e vai continuar tendo seus adversário, o estatuto da cidade passou de ataque hã, na câmara dos deputados existe 40 projetos de lei em tramitação para a alteração do estatuto da cidade e são alterações que viabilizam a implementação dessa política hã enfim os nossos pares que estão atuando no Brasil e até no governo federal estão atuando justamente no sentido de tentar hã, comprar e se comprar moedas, também, e pra o ministério da cidade a gente esta vendo na mídia todos os dias eles também esta no fio de navalha, está havendo uma mobilização nacional, consolidação nacional do movimentos, a união do movimentos de moradia, o fórum nacional da reforma urbana está disseminando cassa em defesa do ministério da cidade né, hã porque pela primeira vez, nós temos no governo federal uma instancia institucional para operar as políticas urbanas pra todas as cidades do Brasil pela primeira vez, e essa instancia ela esta no fio da navalha, o estatuto da cidade, hã o movimento nacional da reforma urbana ele vem operando nessa discussão e nesse campo a partir de três princípios que pra mim são fundamentais, pra nós são fundamentais. E hã o primeiro principio consagrado na constituição federal de 1988 e também no capitulo da cidade é o principio do

cumprimento da função social e das cidades e da propriedade urbanas, ou seja, o direito a propriedade continua assegurado, todo nós temos o direito a propriedade, mas em se tratando de uma propriedade urbana, o uso e usufruto dessa deve estar alinhado com os interesses públicos, com o interesses coletivos, então um terreno localizado, um grande terreno, vazio, ocioso, não utilizado localizado numa área central da cidade com todas as ofertas de infra estrutura e de equipamentos sociais, todos os hã produtos do investimento público, do investimento coletivo, esse terreno reside especulamentivamente ele não pode continuar sem cumprir com sua denominação sócio econômica, segundo os interesses públicos, então o estatuto da cidade tem alguns instrumentos de indução do cumprimento da função social da propriedade né, hã passa pela utilização parcelamento estitaficação compulsória, IPTU progressivo no tempo ata a desapropriação para a reforma urbana, devendo pagamentos nos títulos da dívida pública, tem outro conjunto, outro principio fundamental da reforma urbana que é o principio da redistribuição injusta das riquezas sociais, eu havia dito no começo que o território urbano ele é uma riqueza social por que ele é fruto desse investimento coletivo né, então e o hã o principio da redistribuição injusta dessas riquezas sociais ele se baseia no estabelecimento de novos padrões de apropriação social dessa riqueza, mas democraticamente e hã que garanta e efetiva o direito a cidade a todos, e o ultimo

princípio da reforma urbana é a democratização da questão pública e aqui e há a gente tem que entender esse princípio como um princípio multidimensional que implica na efetivação e controle social dos investimentos públicos no compartilhamento do poder e na democratização dos processos na tomada de decisão principalmente na tomada de decisões com relações aos assuntos de interesses públicos e coletivos né, e por fim a última parte eu queria tratar aqui sobre os impasse das implementação desses investimentos dessa política nessas perspectivas territoriais, intersetoriais e reterritoriais no contexto metropolitano, vocês já devem ter percebido que o desafio é grande e no contexto metropolitano desafio é maior, porque a gente tem que não só enfrentar desafios, mas articular soluções para o enfrentamento desses desafios em âmbitos super municipal né, a gente já, foi colocado aqui a questão da habitação e saneamento ambiental da modernidade urbana e da drenagem nas metrópoles ela não resolvidas por um município só, as causas das enchentes que acontece num municípios X, pode estar no município vizinho né, e há o saneamento ambiental a coleta e destinação adequada do esgoto né, a coleta e destinação adequada dos resíduos sólidos, isso só é possível na metrópole ser enfrentado e há a partir articulações intermunicipais, a questão da mobilidade urbana a gente viu ela é estratégica na refundação da metrópole né, a questão habitacional a gente dada, dado o

grande déficit não adianta o município implementar uma política habitacional, sendo que o município vizinho ta deficitário, ao se ofertar unidades novas, ao se possibilitar o acesso a terra para habitação de interesse social desse município, a demanda do município vizinho vai vim concorrer com estas terras, então a necessidade daí de termos uma instancia de gestão metropolitana, uma instancia de governo metropolitano, isso está em discussão e em envolve ate proposta de reformulação do nosso parte federativo criando uma instancia, uma proposta polemica já vi condições a favor, já vi condições contra, mas já foi colocado uma proposta que envolveria inclusive a criação de uma nova instancia da federação brasileira né, bom por fim só pra concluir e hã eu queria deixar aqui pro nosso debate e hã uma reflexão que uma, a nossa colega de equipe a Dirce Kore, a nossa colega de equipe do CEDEC ela publicou um livro que chama “medidas de cidades” né, e tem uma frase no livro dela em ela diz que “as transformações na vida coletiva e na vida da nossas cidades passa necessariamente pelo território, e o território ele pode ser hoje pra gente o grande caminho pra inclusão social”. Obrigado

Falta artigo do Professor Dr. Pedro Rocha Lemos